

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Reforma ministerial vai influenciar definição de comissões da Câmara 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafio do Congresso em 2025 é aprovar o Orçamento e as 25 prioridades de Haddad 4

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
POLÍTICA

Congresso reabre nesta segunda-feira com desafios para Lula (Poder) 8

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

Após eleição de Motta e Alcolumbre, ministros e líderes no Congresso esperam avanço de reforma ministerial 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Líder do governo no Senado busca melhorar comunicação 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A campanha do Pix 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Denúncia espontânea em matéria tributária 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

LULA DEVE SE REUNIR HOJE COM ALCOLUMBRE E HUGO MOTTA 19

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
REFORMA TRIBUTÁRIA

Isenção de tributo estadual sobre herança eleva interesse pela previdência privada 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com receitas em alta, Estados gastam mais que arrecadam 23

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor imobiliário puxa crescimento do volume de recuperações judiciais em 2024 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guerra tarifária e plano de anexar o Canadá 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Financiando a transformação da educação pública antirracista (Artigo) 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O que está em jogo na guerra tarifária deflagrada pelos EUA? 31

Segunda-Feira, 3 de Fevereiro de 2025

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Musk amplia cerco contra agência de ajuda dos EUA 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados recorrem cada vez mais a alta de ICMS 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Os desafios do BC em 2025 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação persistente de serviços e de bens industriais preocupa o BC 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com emprego em alta, preços dos serviços tendem a ficar mais caros 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

União Europeia promete agir com 'firmeza' se for taxada 44

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Trump mira déficit comercial, e Brasil pode escapar por ora 45

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Tarifas podem ser início de guerra comercial destrutiva, dizem analistas 46

Reforma ministerial vai influenciar definição de comissões da Câmara

A definição dos partidos e dos deputados que comandarão as principais comissões da Câmara está travada pela possibilidade de mudanças de ministros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Um dos cenários da futura **reforma ministerial** contempla deputados de **partidos aliados**. Isso mudaria o equilíbrio de forças na Câmara e afetaria o comando de comissões como a de Justiça e a relatoria do Orçamento de 2026.

A Secretaria de Relações Institucionais (SRI), do ministro Alexandre Padilha (PT), pode entrar no pacote de substituições, previsto para depois do feriado de carnaval.

Para o lugar do petista, responsável pela articulação política com o Congresso, são cogitados os nomes dos deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL), líder do MDB na Câmara.

O MDB puxou a fila de apoios e foi decisivo na construção

* Presidente da Câmara

Hugo Motta

(Republicanos-PB)

* 1º vice-presidente

Altineu Côrtes (PL-RJ)

* 2º vice-presidente

Elmar Nascimento

(União Brasil-BA)

* Primeiro-secretário

Carlos Veras (PT-PE)

* Segundo-secretário

Lula da Fonte (PP-PE)

* Terceiro-secretário

Delegada Katarina (PSD-SE)

* Quarto-secretário

Sérgio Souza (MDB-PR) da ampla rede que deu ao deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) a vitória tranquila na disputa pela presidência da Câmara, no sábado.

Em troca do apoio, o partido firmou acordo para ter a relatoria da lei orçamentária do ano que vem, função de elevada importância, sobretudo por se tratar de ano de eleitoral.

Bulhões coordenou a campanha de Motta à presidência da Casa e é visto como uma peça que seria capaz de estreitar as relações do Palácio do Planalto com a Câmara. O ex-presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL) chegou a romper com Padilha, a quem chamou publicamente de "incompetente".

REARRANJO. Caso o emedebista vire ministro, as forças partidárias precisariam ser rearranjadas na Câmara. Outra sigla assumiria o controle da peça orçamentária. Nesse caso, a preferência seria do União Brasil, com o MDB na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A CCJ é uma das mais importantes. Por ela passam todos os principais projetos antes de irem ao plenário, e o presidente desse colegiado pode acelerar ou interromper previamente determinadas matérias.

O União Brasil tinha Elmar Nascimento (BA) como pré-candidato à presidência da Câmara, mas ele não se viabilizou na disputa. O político da Bahia virou o 2.º vice-presidente da Casa, mas atua para influenciar a definição do relator do Orçamento.

Motta foi eleito presidente da Câmara com 444 votos. O paraibano contou com o apoio de 18 partidos, do PL ao PT. *

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desafio do Congresso em 2025 é aprovar o Orçamento e as 25 prioridades de Haddad

Estevão Taiar, Fernando Exman, Caetano Tonet, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Gabriela Guido De Brasília

Definidas as novas mesas diretoras do Congresso Nacional, o governo federal tem agora dois desafios principais na frente econômica: aprovar tanto o Orçamento de 2025 quanto uma série de medidas ao longo do ano consideradas prioritárias pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. As negociações devem começar nesta segunda-feira, com a primeira reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os novos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Alcolumbre e Motta foram eleitos no sábado para comandar as casas legislativas, com ampla margem e apoio tanto do governo quanto da oposição. Logo após os resultados, Lula parabenizou publicamente ambos. Integrantes da equipe econômica do governo também esperavam apenas a definição das disputas no Congresso para marcar reuniões com os novos comandantes do Legislativo. Após a eleição, Haddad afirmou por meio de sua conta no X que os dois são "pessoas com disposição de contribuir com nosso país".

No curtíssimo prazo, o maior desafio é a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, que está em tramitação na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

"Os dois presidentes eleitos têm uma grande responsabilidade: entregar para o Brasil o Orçamento", disse a jornalistas o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, após a eleição de Alcolumbre. Dias licenciou-se do cargo de ministro e reassumiu temporariamente sua cadeira no Senado pelo PT do Piauí para participar da eleição da mesa. "A entrega do Orçamento é a pauta mais importante neste momento."

Em entrevista coletiva concedida no sábado, o relator do Ploa, Ângelo Coronel (PSD-BA), afirmou que o texto ainda tem muitas "pendências", como a falta de previsão de recursos para os programas Pé de Meia e Gás para Todos. O relator projeta que o Ploa será votado pela CMO em 10 de março. Até que o texto seja sancionado, o governo só poderá executar 1/18

dos gastos mensais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Nos bastidores, parlamentares do Centrão apontam dois obstáculos para que o Ploa receba um aval mais célere: as negociações sobre as mudanças no primeiro escalão do governo e novos atos que apaziguem a ainda vigente crise causada pelo bloqueio de emendas parlamentares.

"Todos voltam aos trabalhos com foco na aprovação do Orçamento, mas é preciso um gesto do governo. As conversas sobre a **reforma ministerial** precisam ganhar ritmo para que o novo desenho da Esplanada supra o apetite de algumas legendas por cargos mais robustos. Também precisamos de acenos mais claros de que o fluxo da chegada de verbas públicas às nossas bases eleitorais será normalizado. Sem isso, é difícil reverter o mau humor de deputados e senadores com o Executivo", avaliou um líder prestigiado do bloco do qual Alcolumbre e Motta são integrantes.

Em prazos mais longos, a avaliação da equipe econômica é que, das 25 prioridades da frente econômica estabelecidas para este ano, é possível aprovar ou implantar aproximadamente 15 delas. A lista das 25 medidas foi apresentada por Haddad em reunião ministerial comandada em janeiro por Lula.

Nesse grupo de 25 propostas, 14 já estão em tramitação no Congresso ou terão projeto de lei apresentado pelo governo. As outras são mudanças que não precisam da aprovação dos parlamentares, como alterações realizadas por meio de portarias.

A ideia da equipe econômica é que as mudanças que necessitam de aval do Congresso sejam aprovadas ainda neste ano, já que a eleição presidencial de 2026 tende a atrapalhar debates mais amplos. Um desenho inicial estabelecido por integrantes do governo envolve a aprovação da grande maioria dos projetos neste primeiro semestre.

Entre eles, está o projeto de lei complementar que termina de regulamentar em termos legais a **reforma tributária** sobre consumo, ao instituir o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O texto aguarda despacho da mesa do Senado.

Deputados esperam que eventuais mudanças feitas no

texto sejam alinhadas com a Câmara para evitar que a tramitação se arraste por mais tempo do que o previsto, caso seja necessária uma nova apreciação da casa comandada por Motta.

Interlocutores do novo presidente da Câmara destacam que tanto ele quanto Alcolumbre te-riam o desejo de garantir o avanço da medida rapidamente para conquistar uma primeira marca já nos primeiros meses de suas gestões.

Outros projetos estão ligados à questão fiscal e fazem parte do pacote de ajuste das contas públicas apresentado pelo governo federal em novembro do ano passado. Exemplos são o texto que limita os chamados "supersalários" do funcionalismo público e outro que aumenta a idade mínima de aposentadoria dos militares.

O primeiro será tratado por meio de um projeto protocolado em 2021, que aguarda relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O segundo espera despacho da mesa da Câmara dos Deputados. O assunto deve enfrentar resistência da oposição e da bancada da bala, que promete não economizar nas ferramentas para barrar o avanço da medida.

Há ainda projetos que tratam de infraestrutura e questões mi-croeconômicas, a exemplo da nova Lei de Falências, que aguarda despacho da mesa do Senado, e da modernização dos regimes de concessão e parcerias público-privadas (PPP).

No sábado, o relator da modernização das concessões e PPPs, deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), afirmou que um novo texto está sendo elaborado em conjunto com o Ministério da Fazenda e a iniciativa privada, substituindo um projeto anterior. A expectativa é que o novo texto fique pronto em março. No ano passado, o plenário da Câmara aprovou o requerimento de urgência para acelerar a tramitação.

Para o segundo semestre, o planejamento da equipe econômica estabelece que fique apenas a mais polêmica das medidas: a isenção do Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas que ganham até R\$ 5 mil, com a consequente cobrança de uma alíquota efetiva mínima de 10% para pessoas físicas que ganham mais de R\$ 50 mil por mês. Promessa de campanha de Lula, a proposta foi apresentada pelo governo em novembro do ano passado, junto com o pacote de ajuste, embora tenha enfrentado resistências da equipe econômica. O texto que trará as mudanças ainda não foi oficialmente apresentado pelo governo.

Mas a isenção do IR, segundo líderes próximos a

Alcolumbre, terá dificuldades para ser aprovada. De acordo com as fontes, a proposta de compensação precisará ser melhor trabalhada para não provocar novas reações negativas no mercado e colar no governo a imagem de "taxador". Aliados de Motta concordam que a proposição deverá enfrentar resistências, mas ponderam que esse ambiente desfavorável poderá ser superado caso o governo consiga comunicar bem as compensações fiscais.

Por outro lado, a equipe econômica tende a enfrentar dificuldades na Câmara para aprovar a proposta contra o chamado "devedor contumaz", considerado importante para combater o crime organizado e a concorrência desleal. Não há consenso na base em relação ao texto, que tem apoio do setor produtivo e agentes do mercado.

Segundo o Valor apurou, Hugo Motta e o ministro da Fazenda mantêm uma boa relação. A expectativa é que o deputado diga, durante o encontro com o presidente Lula, que a agenda do ministro da Fazenda terá seu apoio. No caso do Senado, Haddad contou com a ajuda do agora ex-presidente da casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para se aproximar de Alcolumbre.

"Sem o Davi não teria PEC da Transição, arcabouço fiscal e **reforma tributária**", afirmou no sábado durante a sessão o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Lideranças próximas de Alcolumbre avaliam que o governo precisa focarem temas mais consensuais neste primeiro semestre, para garantir a melhora da imagem na condução da pauta econômica.

"O ideal é que sejam pautas com menos teor ideológico", afirmou uma dessas fontes, acrescentando que têm mais chances de prosperar as propostas voltadas à melhoria do ambiente econômico e medidas microeconômicas.

Entre esses temas, estão justamente a criação do Comitê Gestor do IBS e a nova Lei de Falências. O novo líder do PSD no Senado, Ornar Aziz (AM) é cotado para ser o relator do texto que cria o Comitê Gestor.

Em levantamento sobre as 25 medidas, o Centro de Liderança Pública (CLP), instituto de avaliação de políticas públicas, destaca que o pacote tem o potencial de "promover crescimento econômico, ampliar a competitividade do país e atrair investimentos nacionais e estrangeiros". Mas afirma que as medidas enfrentam "o desafio de coordenação entre diferentes esferas governamentais" e dependem "de tramitações legislativas complexas para sua

implementação efetiva". Das 14 propostas que precisarão da aprovação do Congresso, o CLP é totalmente favorável a quatro e favorável com ressalvas a cinco. Outra é considerada insuficiente, e sobre três o instituto afirma que faltam informações para uma avaliação mais completa. O CLP se diz contrário apenas a uma única medida, a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

"No curto prazo, essa reforma poderia até trazer alívio para as faixas de renda mais baixas e médias, mas, no médio e longo prazo, implicaria riscos à sustentabilidade do orçamento público e à busca por um sistema tributário mais amplo e equilibrado", afirma.

Para além da pauta econômica, Motta afirmou em entrevista coletiva concedida no domingo para veículos da Paraíba que as pautas de costume não são prioridade.

"Essas pautas ideológicas, as pautas de costumes, penso eu que não estão na prioridade do dia. É um debate interessante, às vezes até nos motiva mais do que debater coisas mais burocráticas, mas o que temos visto ao longo do tempo? Essas pautas muito mais dividem o país do que trazem benefícios imediatos", disse, segundo o portal gl.

Ele também afirmou que o projeto que concede anistia para os envolvidos nas invasões às sedes dos três Poderes em 8 de janeiro será debatido nos próximos dias. O texto está na Câmara.

"É o que mais divide a casa hoje. Temos o PL que defende a votação da anistia, enquanto o PT defende que o assunto não seja votado", disse. "Será um tema levado para essas reuniões [com líderes] nos próximos dias, e vamos conduzir com a maior imparcialidade possível."

"[Motta e Alcolumbre são] pessoas com disposição de contribuir com nosso país" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=12§ion=1>

Frente econômica

Prioridades legislativas do Ministério da Fazenda

Tema	Número do projeto	Status
Regulamentação da reforma tributária sobre consumo	PLP 108/24	Aguarda despacho da mesa do Senado
Reforma tributária da renda	Em elaboração	Aguarda apresentação pelo governo
Limitação dos supersalários	PL 2721/21	Aguarda relatório na CCJ do Senado
Reforma da previdência dos militares	PL 4920/24	Aguarda despacho da mesa da Câmara
Conformidade tributária e aduaneira	PL 15/24	Pronto para pauta na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara
Novas regras para falências	PL 3/24	Aguarda despacho da mesa do Senado
Proteção a investidores no mercado de capitais	PL 2925/23	Aguarda despacho da mesa da Câmara
Consolidação das infraestruturas do mercado financeiro	PL 2926/23	Aguarda despacho da mesa do Senado
Resolução bancária	PLP 281/2019	Pronto para pauta no plenário da Câmara
Aprimoramento do mercado de crédito	Em elaboração	Aguarda apresentação pelo governo
Regulação das big techs	Em elaboração	Aguarda apresentação pelo governo
Marco legal de preços de medicamentos	Em elaboração	Aguarda apresentação pelo governo
Modernização de concessões e PPPs	Em elaboração	Aguarda apresentação pelo governo
Atração de datacenters e marco legal da inteligência artificial	PLs 3018/24 e 2338/23	Aguardam parecer na CCT do Senado e despacho da mesa da Câmara

Fonte: Levantamento elaborado pelo Valor

Congresso reabre nesta segunda-feira com desafios para Lula (Poder)

Denise Rothenburg +

Eleitos os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a bola da construção política segue para as mãos do governo nesta pré-temporada rumo a 2026. E, nesse sentido, nas rodas de conversa nos convêscotes do último fim de semana, o que mais se ouviu foi que o governo precisará buscar um acordo que atenda aos deputados no quesito emendas ao Orçamento e, de quebra, coloque os partidos de centro no Palácio do Planalto, com espaço de poder e de parceria real, de forma a que tenham assento nas reuniões dos chamados ministros da Casa .

As emendas são consideradas o principal ponto para destravar a votação do Orçamento deste ano. Até aqui, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), tem liberado as emendas a conta-gotas e já abriu uma série de inquéritos a cargo da Polícia Federal para investigar a aplicação dos recursos e a forma como essas emendas são negociadas. Essa situação, conforme antecipou a coluna Brasília-DF na semana passada, levou muitos deputados a suspeitarem de que há o intuito do STF de fazer uma espécie de Lava-Jato das emendas, para criminalizar os políticos e suas sugestões ao Orçamento, da mesma forma que a Lava-Jato tentou colocar toda a política na vala criminal.

Tanto Hugo Motta, quanto Davi Alcolumbre foram muito incisivos em seus discursos, ao defenderem a prerrogativa do Legislativo de promover emendas ao Orçamento. O presidente da Câmara, inclusive, pediu ao deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) que prepare uma proposta. Motta deve conversar ainda esta semana com Flávio Dino para tentar chegar a um consenso sobre o tema.

Quanto à **reforma ministerial**, é um tema que caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva montar o que deseja e chamar os partidos. Até aqui, o petista não deflagrou conversas mais amplas sobre essa reforma. Por isso, salvo se Lula puxar o assunto, ninguém espera que o tema seja tratado no café marcado para hoje, entre o chefe do Executivo, Alcolumbre e Motta. O que se tem são expectativas dos políticos. Como bem lembrou o colunista Luiz Carlos Azedo, na live de ontem no Instagram do Correio Braziliense (veja abaixo), há três nomes de peso na roda para uma

reforma ministerial. Os ex-presidentes do Senado Rodrigo Pacheco, da Câmara, Arthur Lira, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que termina seu mandato no partido este ano. Lula ainda não chamou nenhum dos três para tratar de ministério.

Há outros nomes muito falados nas rodas. Por exemplo, o do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), no cargo de líder do governo, e o atual ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, como ministro de Relações Institucionais. Silvinho, como é conhecido, é tido como paciente e com capacidade de articulação. O pai do ministro, o ex-deputado Sílvio Costa, foi um dos que mais ajudaram o governo Dilma Rousseff no período do impeachment. Portanto, a avaliação, até no PT, é de que Lula não teria problemas em entregar essa coordenação política a um aliado do Republicanos, leal ao governo e ao presidente.

Para promover essa mudança, o presidente terá que contrariar a ala do PT que não quer nem pensar em entregar a articulação a outro partido. Tudo porque Dilma fez isso lá atrás, entregou essa coordenação ao MDB de Michel **Temer** e terminou sofrendo um processo de impeachment. Porém, Lula tem dito aos seus correligionários que, no passado, ele já entregou essa coordenação a integrantes de outros partidos e não teve o menor problema.

Alguns petistas comentam que o atual chefe da Defesa, José Mucio Monteiro, foi um bom ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, cargo que assumiu em novembro de 2007. Àquela época, Lula, ao chamar Mucio para o cargo, ouviu do deputado que o PTB, à época um partido forte, havia sido contrário à reeleição do petista e que havia uma ala da bancada contrária à sigla do presidente. Lula, então, respondeu: Os meus, eu já tenho, preciso que você traga os seus .

Representantes dos Três Poderes vão se reunir hoje no Congresso Nacional para a cerimônia que vai marcar o início do ano no Legislativo. Depois das eleições para as presidências da Câmara e do Senado, o foco do governo de Luiz Inácio Lula da Silva é começar as negociações com o novo comando do parlamento com o pé direito. O petista vai receber Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) em uma reunião pela manhã para

alinhar os objetivos.

A vitória de ambos foi amplamente comemorada por parlamentares da base do governo e por ministros, mas o Executivo sabe que terá que abrir espaço em ministérios e liberar as emendas parlamentares para avançar na pauta econômica este ano. Isso terá de ser feito enquanto o Judiciário engrossa o tom contra a destinação irregular dos recursos e exige cada vez mais transparência.

Legislativo e Judiciário terminaram o ano de 2024 protagonizando uma disputa sobre a legalidade do modelo de indicação de emendas parlamentares. O Supremo Teibunal Federal (STF) também está atento a eventuais pautas no Legislativo que tenham como objetivo minar a autonomia dos ministros, como já propuseram congressistas alinhados ao bolsonarismo.

Tanto Davi Alcolumbre quanto Hugo Motta demonstraram, no sábado, que vão priorizar os interesses do Congresso. Isso significa dizer que não vão recuar no que consideram ser direitos adquiridos do parlamento, especialmente no que diz respeito às emendas, que viraram não só uma moeda de troca, como também são combustível para a reeleição de diversos congressistas.

O relacionamento entre os Poderes, embora seja regido pela Constituição e pela harmonia, tem sido testado por tensões e desentendimentos. Entre esses desafios, destaco a recente controvérsia envolvendo as emendas parlamentares ao orçamento, que culminou em debates e decisões com o STF e o Poder Executivo, disse Alcolumbre.

É essencial respeitar as decisões judiciais e o papel do Judiciário em nosso sistema democrático. Mas é igualmente indispensável respeitar as prerrogativas do Legislativo e garantir que este parlamento possa exercer seu dever constitucional de legislar e representar o povo brasileiro, pontuou.

Motta, por sua vez, não citou as emendas parlamentares nenhuma vez. Mas fez referências à atuação contra o abuso da imunidade parlamentar, que garante aos deputados serem invioláveis por suas opiniões, palavras e votos. Queremos uma Câmara forte, com a garantia de nossas prerrogativas e em defesa da nossa imunidade parlamentar. A garantia das prerrogativas parlamentares é essencial para o fortalecimento do povo, pois cada um de nós, deputados e deputadas, está diretamente relacionado aos anseios daqueles que confiaram o voto a cada uma e cada um aqui presente, disse Hugo Motta em discurso na Câmara.

Até o fechamento desta edição, o presidente do

Supremo, Roberto Barroso, não se pronunciou sobre a vitória de Hugo Motta e de Davi Alcolumbre no Congresso. Segundo o STF, Barroso viajou no fim de janeiro aos Estados Unidos, mas deve retornar a Brasília para abrir os trabalhos no Supremo hoje (leia mais na página 3).

Já há diversos acordos para ocupar as comissões permanentes em ambas as casas, mas algumas definições só ocorrerão depois do carnaval. No Senado, alguns parlamentares de direita já começaram a anunciar os acordos fechados. Um desses casos é o da Comissão de Segurança Pública do Senado, de onde sai o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) e entra o filho mais velho de Bolsonaro: Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

O congressista, assim como seu pai, tem em sua trajetória política um histórico de defesa da truculência policial. Também já foi investigado por sua proximidade com algumas figuras proeminentes das milícias cariocas, como Fabrício Queiroz e o finado capitão Adriano da Nóbrega, e por supostamente operar um esquema de rachadinha em seu gabinete enquanto deputado estadual. Este último caso foi arquivado porque a Justiça anulou as decisões de quebra de sigilo bancário e fiscal do parlamentar e de pessoas próximas em 2022.

Em 2023, durante a discussão de um projeto de lei que tratava de ameaças a autoridades, Flávio Bolsonaro apresentou uma emenda para que o termo milícia passasse a ser usado apenas nos casos em que criminosos impusessem serviços a pessoas mediante ameaça, sem homicídio. A sugestão não vingou.

Na comissão de Infraestrutura, sai Confúcio Moura (MDB-RO) e entra Marcos Rogério (PL-RO). A oposição também está perto de colocar na presidência da Comissão de Direitos Humanos a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro.

A comissão mais importante da Casa, no entanto, deve ficar com um senador alinhado ao governo. Otto Alencar (PSD-BA) deve presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na Câmara, o cenário é semelhante. O MDB, que integra a base de Lula, deve ficar com a CCJ.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

A sessão solene do Congresso para inaugurar a Sessão Legislativa será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados às 16h. Primeiro, chegam os

presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, e os chefes do Judiciário e Executivo. Eles entrarão pela entrada principal do Congresso Nacional.

O presidente do Congresso e do Senado Federal, Davi Alcolumbre, abrirá a sessão. Um integrante do Executivo, seja Lula ou um representante, comporá a Mesa do Congresso. Haverá a leitura de mensagens do Executivo e do Judiciário. Depois, discursam o presidente da Câmara e o presidente do Congresso, que encerrará a sessão.

Eleitos os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a bola da construção política segue para as mãos do governo nesta pré-temporada rumo a 2026. E, nesse sentido, nas rodas de conversa nos convescotes do último fim de semana, o que mais se ouviu foi que o governo precisará buscar um acordo que atenda aos deputados no quesito emendas ao Orçamento e, de quebra, coloque os partidos de centro no Palácio do Planalto, com espaço de poder e de parceria real, de forma a que tenham assento nas reuniões dos chamados ministros da Casa .

As emendas são consideradas o principal ponto para destravar a votação do Orçamento deste ano. Até aqui, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), tem liberado as emendas a conta-gotas e já abriu uma série de inquéritos a cargo da Polícia Federal para investigar a aplicação dos recursos e a forma como essas emendas são negociadas. Essa situação, conforme antecipou a coluna Brasília-DF na semana passada, levou muitos deputados a suspeitarem de que há o intuito do STF de fazer uma espécie de Lava-Jato das emendas, para criminalizar os políticos e suas sugestões ao Orçamento, da mesma forma que a Lava-Jato tentou colocar toda a política na vala criminal.

Tanto Hugo Motta, quanto Davi Alcolumbre foram muito incisivos em seus discursos, ao defenderem a prerrogativa do Legislativo de promover emendas ao Orçamento. O presidente da Câmara, inclusive, pediu ao deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) que prepare uma proposta. Motta deve conversar ainda esta semana com Flávio Dino para tentar chegar a um consenso sobre o tema.

Quanto à **reforma ministerial**, é um tema que caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva montar o que deseja e chamar os partidos. Até aqui, o petista não deflagrou conversas mais amplas sobre essa reforma. Por isso, salvo se Lula puxar o assunto, ninguém espera que o tema seja tratado no café marcado para hoje, entre o chefe do Executivo, Alcolumbre e Motta. O que se tem são expectativas dos políticos. Como bem lembrou o colunista Luiz Carlos Azedo, na live de

ontem no Instagram do Correio Braziliense (veja abaixo), há três nomes de peso na roda para uma **reforma ministerial**. Os ex-presidentes do Senado Rodrigo Pacheco, da Câmara, Arthur Lira, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que termina seu mandato no partido este ano. Lula ainda não chamou nenhum dos três para tratar de ministério.

Há outros nomes muito falados nas rodas. Por exemplo, o do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), no cargo de líder do governo, e o atual ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, como ministro de Relações Institucionais. Silvinho, como é conhecido, é tido como paciente e com capacidade de articulação. O pai do ministro, o ex-deputado Sílvio Costa, foi um dos que mais ajudaram o governo Dilma Rousseff no período do impeachment. Portanto, a avaliação, até no PT, é de que Lula não teria problemas em entregar essa coordenação política a um aliado do Republicanos, leal ao governo e ao presidente.

Para promover essa mudança, o presidente terá que contrariar a ala do PT que não quer nem pensar em entregar a articulação a outro partido. Tudo porque Dilma fez isso lá atrás, entregou essa coordenação ao MDB de Michel **Temer** e terminou sofrendo um processo de impeachment. Porém, Lula tem dito aos seus correligionários que, no passado, ele já entregou essa coordenação a integrantes de outros partidos e não teve o menor problema.

Alguns petistas comentam que o atual chefe da Defesa, José Mucio Monteiro, foi um bom ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, cargo que assumiu em novembro de 2007. Àquela época, Lula, ao chamar Mucio para o cargo, ouviu do deputado que o PTB, à época um partido forte, havia sido contrário à reeleição do petista e que havia uma ala da bancada contrária à sigla do presidente. Lula, então, respondeu: Os meus, eu já tenho, preciso que você traga os seus .

Representantes dos Três Poderes vão se reunir hoje no Congresso Nacional para a cerimônia que vai marcar o início do ano no Legislativo. Depois das eleições para as presidências da Câmara e do Senado, o foco do governo de Luiz Inácio Lula da Silva é começar as negociações com o novo comando do parlamento com o pé direito. O petista vai receber Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) em uma reunião pela manhã para alinhar os objetivos.

A vitória de ambos foi amplamente comemorada por parlamentares da base do governo e por ministros, mas o Executivo sabe que terá que abrir espaço em ministérios e liberar as emendas parlamentares para

avançar na pauta econômica este ano. Isso terá de ser feito enquanto o Judiciário engrossa o tom contra a destinação irregular dos recursos e exige cada vez mais transparência.

Legislativo e Judiciário terminaram o ano de 2024 protagonizando uma disputa sobre a legalidade do modelo de indicação de emendas parlamentares. O Supremo Teibunal Federal (STF) também está atento a eventuais pautas no Legislativo que tenham como objetivo minar a autonomia dos ministros, como já propuseram congressistas alinhados ao bolsonarismo.

Tanto Davi Alcolumbre quanto Hugo Motta demonstraram, no sábado, que vão priorizar os interesses do Congresso. Isso significa dizer que não vão recuar no que consideram ser direitos adquiridos do parlamento, especialmente no que diz respeito às emendas, que viraram não só uma moeda de troca, como também são combustível para a reeleição de diversos congressistas.

O relacionamento entre os Poderes, embora seja regido pela Constituição e pela harmonia, tem sido testado por tensões e desentendimentos. Entre esses desafios, destaco a recente controvérsia envolvendo as emendas parlamentares ao orçamento, que culminou em debates e decisões com o STF e o Poder Executivo, disse Alcolumbre.

É essencial respeitar as decisões judiciais e o papel do Judiciário em nosso sistema democrático. Mas é igualmente indispensável respeitar as prerrogativas do Legislativo e garantir que este parlamento possa exercer seu dever constitucional de legislar e representar o povo brasileiro, pontuou.

Motta, por sua vez, não citou as emendas parlamentares nenhuma vez. Mas fez referências à atuação contra o abuso da imunidade parlamentar, que garante aos deputados serem invioláveis por suas opiniões, palavras e votos. Queremos uma Câmara forte, com a garantia de nossas prerrogativas e em defesa da nossa imunidade parlamentar. A garantia das prerrogativas parlamentares é essencial para o fortalecimento do povo, pois cada um de nós, deputados e deputadas, está diretamente relacionado aos anseios daqueles que confiaram o voto a cada uma e cada um aqui presente, disse Hugo Motta em discurso na Câmara.

Até o fechamento desta edição, o presidente do Supremo, Roberto Barroso, não se pronunciou sobre a vitória de Hugo Motta e de Davi Alcolumbre no Congresso. Segundo o STF, Barroso viajou no fim de janeiro aos Estados Unidos, mas deve retornar a Brasília para abrir os trabalhos no Supremo hoje (leia mais na página 3).

Já há diversos acordos para ocupar as comissões permanentes em ambas as casas, mas algumas definições só ocorrerão depois do carnaval. No Senado, alguns parlamentares de direita já começaram a anunciar os acordos fechados. Um desses casos é o da Comissão de Segurança Pública do Senado, de onde sai o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) e entra o filho mais velho de Bolsonaro: Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

O congressista, assim como seu pai, tem em sua trajetória política um histórico de defesa da truculência policial. Também já foi investigado por sua proximidade com algumas figuras proeminentes das milícias cariocas, como Fabrício Queiroz e o finado capitão Adriano da Nóbrega, e por supostamente operar um esquema de rachadinha em seu gabinete enquanto deputado estadual. Este último caso foi arquivado porque a Justiça anulou as decisões de quebra de sigilo bancário e fiscal do parlamentar e de pessoas próximas em 2022.

Em 2023, durante a discussão de um projeto de lei que tratava de ameaças a autoridades, Flávio Bolsonaro apresentou uma emenda para que o termo milícia passasse a ser usado apenas nos casos em que criminosos impusessem serviços a pessoas mediante ameaça, sem homicídio. A sugestão não vingou.

Na comissão de Infraestrutura, sai Confúcio Moura (MDB-RO) e entra Marcos Rogério (PL-RO). A oposição também está perto de colocar na presidência da Comissão de Direitos Humanos a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro.

A comissão mais importante da Casa, no entanto, deve ficar com um senador alinhado ao governo. Otto Alencar (PSD-BA) deve presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na Câmara, o cenário é semelhante. O MDB, que integra a base de Lula, deve ficar com a CCJ.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

A sessão solene do Congresso para inaugurar a Sessão Legislativa será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados às 16h. Primeiro, chegam os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, e os chefes do Judiciário e Executivo. Eles entrarão pela entrada principal do Congresso Nacional.

O presidente do Congresso e do Senado Federal, Davi Alcolumbre, abrirá a sessão. Um integrante do

Executivo, seja Lula ou um representante, comporá a Mesa do Congresso. Haverá a leitura de mensagens do Executivo e do Judiciário. Depois, discursam o presidente da Câmara e o presidente do Congresso, que encerrará a sessão.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/02/7050649-congresso-reabre-nesta-segunda-feira-com-desafios-para-lula.html>

Após eleição de Motta e Alcolumbre, ministros e líderes no Congresso esperam avanço de reforma ministerial

Victoria Abel

Confirmadas as vitórias do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) para comandar, respectivamente, o Senado e a Câmara, integrantes do governo e líderes governistas do Congresso acreditam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve avançar com mudanças na sua equipe de ministros. A expectativa é que as trocas possam ser anunciadas ainda nesta semana.

De acordo com ministros e líderes governistas ouvidos em caráter reservados, Lula esperava a nova configuração do Legislativo para definir as mudanças em conjunto com deputados e senadores. Nesta segunda-feira, o presidente se reuniu com os novos eleitos.

Aliados de Motta afirmam que o novo presidente da Câmara deve tentar convencer Lula da necessidade de uma mudança na Secretaria de Relações Institucionais do Planalto, órgão responsável pela mediação com o Executivo. Mesmo que a relação de Motta com Alexandre Padilha seja melhor do que a mantida pelo ministro com o ex-presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a troca é vista como necessária pelo grupo.

Líderes de partidos do Centrão argumentam que Padilha está desmoralizado diante dos demais parlamentares, principalmente por causa do impasse envolvendo as emendas parlamentares do fim de 2024.

O círculo mais próximo de Motta defende ainda que a Secretaria de Relações Institucionais saia das mãos do PT e fique sob o comando de um partido de centro, seja MDB ou PP. O líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), além de Lira, são dois dos nomes citados como opção para o cargo.

Também é uma reivindicação do Centrão que seja ampliada a representatividade da Câmara na Esplanada dos Ministérios. Lira afirmou em entrevista ao GLOBO na semana passada que o Senado foi priorizado na construção ministerial de 2023.

A mudança na articulação política é considerada a mais fundamental pelos líderes do Centrão, já que há projetos importantes a serem negociados pelo Palácio do Planalto com o Congresso, como a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/03/apos-eleicao-de-motta-e-alcolumbre-ministros-e-lideres-no-congresso-esperam-avanco-de-reforma-ministerial.ghtml>

Líder do governo no Senado busca melhorar comunicação

Para enfrentar a ofensiva da oposição nas redes sociais, o novo líder do PT no Senado, Rogério Carvalho (SE), irá se reunir nesta semana com o ministro da Secretaria de Comunicação (Secom), Sidônio Palmeira. O objetivo é alinhar estratégias para uma melhor comunicação da bancada na atuação no Legislativo e na defesa e impulsionamento das ações do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O encontro foi alinhado na semana passada. Enquanto conversava com a reportagem do Valor, Carvalho recebeu um telefonema de Sidônio com o objetivo de marcar a conversa. "Eu queria marcar essa visita para que eu comece a minha liderança alinhado com você", afirmou o senador ao ministro.

Carvalho reconhece os desafios do governo Lula na área da comunicação e diz que é preciso evitar as armadilhas da oposição para dominar o debate.

"Agente precisa ter clareza do quão ruim é a gente alimentar uma polaridade no campo que a direita está colocando. A polaridade tem que ir para outro campo. Não quer dizer que a gente não tem que ser antagonista, até porque nós não pensamos igual, mas a gente precisa ir para outro campo. A gente precisa trazer de volta o debate sobre temas de relevância e trazermos para este campo a disputa efetiva para sair do mundo das narrativas vazias", declarou o parlamentar.

Carvalho disse ainda que o governo Lula precisa comunicar melhor as entregas das pastas e, sem citar nomes, sinalizou que alguns ministros colocam projetos pessoais à frente do Executivo.

"O governo tem que se preocupar em entregar. E quem faz parte do governo tem que parar de ficar olhando pro próprio umbigo e cuidar do governo. Se quiser cuidar do próprio umbigo e é parlamentar, volta pro parlamento. O governo precisa olhar e substituir rapidamente. Quem não é parlamentar, e está pensando em fazer sua vida futura para ir para o parlamento, para não sei aonde, mais ainda", afirmou Carvalho.

Governo e aliados têm buscado melhorar a comunicação principalmente após a crise do Pix, que fez com que o Executivo revogasse uma norma da **Receita Federal** que tinha como objetivo aumentar a

fiscalização sobre movimentações financeiras.

A medida foi alvo de rumores de que o meio de pagamento passaria a ser taxado e ganhou força especialmente após um vídeo do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) sobre o assunto viralizar no Instagram. Na avaliação do senador, o material foi impulsionado pela plataforma. Procurada, a Meta, dona da rede social, informou que não se manifestará.

"Ali é o conceito moderno de censura. A verdade foi escondida pelo algoritmo. E aí não foi um robô, foi um comando humano. Porque ninguém tem 300 milhões de visualizações e ninguém vai atrás do Nikolas, e nem de ninguém, na velocidade dessas visualizações. Hoje, com certeza, a Meta está impulsionando esses conteúdos", pontuou.

Para Carvalho, o episódio reforça a avaliação de que há riscos associados à atuação das plataformas digitais, principalmente em relação ao papel dos algoritmos. Nesse sentido, o senador aposta na proximidade com o novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para articular o avanço de novas propostas de regulamentação das redes sociais. Alcolumbre é favorável à medida. Foi em sua primeira passagem pela presidência do Senado, em 2020, que avançou na casa o projeto de lei 2630/2020, que trata do tema.

"Você não pega um tabloide diário e coloca ali um conteúdo que uma criança não possa ver ou que as pessoas de uma maneira geral não possam ver. Você não vai ter uma programação de televisão, de um canal aberto, sem uma classificação da idade adequada. Aí eu tenho uma programação que não tem qualificação, não tem responsabilidade e que eu não classifico? O que mudou foi o meio de difusão, mas o que está sendo difundido tem que ter a mesma responsabilidade. De quem? De quem difundiu e de quem garante a difusão. Porque se eu processar você, eu posso processar também o jornal. Esse debate vai voltar com força este ano", pontuou, ao defender a responsabilização das plataformas por conteúdos publicados, tema central no debate.

Segundo o Valor apurou, o Palácio do Planalto deve apoiar o avanço do tema através do projeto do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM). Outra opção é o texto aprovado no Senado, de autoria de

Alessandro Vieira (MDB-SE), que tem a proteção de crianças e adolescentes como foco. Procurado, Sidônio não respondeu.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=4
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=4§ion=4)**

A campanha do Pix

O Palácio do Planalto decidiu segurar a campanha que faria em meios digitais, na TV e no rádio para conter os efeitos da "fake news" propagada neste início de ano, de que o governo pretendia taxar o Pix. As peças já estão praticamente prontas e a campanha era para ter ido ao ar na semana passada, pelos planos do ministro da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira. O recuo da **Receita Federal** em relação à medida de

fiscalização sobre transações acima de R\$ 5 mil para pessoas físicas e R\$ 15 mil para pessoas jurídicas, que deu origem à campanha de desinformação, e o envio de uma medida provisória ao Congresso para garantir a não taxação do Pix fizeram arrefecer o mal-estar, na avaliação de fontes da Secom. Entretanto, as peças ainda podem ser publicadas "em um momento certo", de acordo com a fonte, a depender de fatores como o noticiário e o contexto político. Conforme re-

velou o Valor na semana passada, o slogan da campanha será "Pix: Seguro, Sigiloso e Sem Taxa". Ela foi decidida há duas semanas, em meio às turbulências causadas pelas fake news, quando Sidônio reuniu sua equipe no Palácio do Planalto para pensar uma reação às notícias falsas. O secretário-geral da Receita, Robinson Barreirinhas, participou da reunião. Ainda naquela sexta-feira, Sidônio teria entrado em contato com agências de publicidade para discutir a campa-

na. A partir de um anúncio atabalhoado feito pela Receita, as redes sociais foram inundadas com mensagens sobre a falsa taxação. A Receita então suspendeu a instrução normativa. (Fábio Murakawa e Renan Truffi)

A inquietação do Fed

A diretora do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Michelle Bowman, disse preferir uma abordagem cautelosa e gradual ao ajustar a política monetária, afirmando que a infla-

ção dos Estados Unidos desacelerou menos no ano passado e que riscos de alta permanecem. Em discurso em um evento, Bowman disse que o núcleo da **inflação**, que exclui itens mais voláteis como alimentos e energia, continua elevado, e a expectativa é que haja alguma moderação neste ano. "Mesmo com essa perspectiva, continuo a ver riscos de alta para a **inflação**", disse. "A taxa de **inflação** caiu significativamente em 2023, mas desacelerou

visivelmente menos no

ano passado", afirmou Bowman. Segundo ela, o progresso da **inflação** "tem sido lento e irregular", e as condições financeiras mais frouxas no ano passado podem ter contribuído para isso. "À luz da força contínua da economia e com os preços das ações substancialmente mais altos do que há um ano, parece improvável que o nível geral das taxas de juros e dos custos de empréstimos estejam exercendo uma restrição significativa."

(Cristiana Euclides)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=4§ion=4>

Denúncia espontânea em matéria tributária

Cada vez mais as autoridades fiscais buscam estimular o cumprimento voluntário das obrigações tributárias pelos sujeitos passivos. Inclusive, no âmbito global, é muito comum que o termo "Co-Operative Compliance Framework (CCF)" seja abordado em algum fórum jurídico, eis que seu objetivo, em resumo, gira em torno do desenvolvimento de uma relação entre contribuinte e Fisco baseada na confiança e cooperação entre as partes.

Dentro desse contexto, não é raro que os contribuintes revisem suas apurações tributárias e, em alguns casos, identifiquem recolhimentos a menor. Como forma de incentivar a regularização, nosso legislador, há muito tempo, inseriu em nosso sistema jurídico o instituto da denúncia espontânea. Todavia, conforme será melhor demonstrado, sua aplicabilidade vem sendo, ilegalmente, diga-se de passagem, restringida em razão de posicionamentos administrativos que vão de encontro com a tendência global de cooperação entre contribuintes e autoridades fiscais.

Para melhor compreensão do tema, principiemos rememorando que o Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 138, determina que a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora. Esclarece, também, em seu parágrafo único, que tal instituto é afastado nos casos em que ocorrido em momento posterior de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Assim, denota-se que para caracterização da denúncia espontânea, o próprio dispositivo do Código Tributário Nacional define os pressupostos cumulativos que devem ser respeitados pelo contribuinte: (i) tempestividade; (ii) ausência de procedimento específico de fiscalização; e (iii) pagamento do tributo c/c juros de mora e correção monetária (no caso dos **tributos** federais, por exemplo, apenas a Selic).

É dizer: estará configurada a denúncia espontânea com o ato do contribuinte de efetuar o pagamento integral ao Fisco do débito principal, corrigido monetariamente e acompanhado de juros moratórios, antes de iniciado qualquer procedimento fiscal com o intuito de apurar, lançar ou cobrar o referido montante, caso em que deve ocorrer a exclusão da multa moratória.

Ainda que a norma delimitadora do instituto da denúncia espontânea seja clara, o assunto chegou até

o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tratar acerca de sua aplicabilidade nos **tributos** sujeitos ao lançamento por homologação - previsto no artigo 150 do Código Tributário Nacional, onde a extinção do crédito tributário ocorre sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento ou de forma tácita caso ocorra o transcurso de cinco anos.

Na ocasião, a Corte Superior firmou seu entendimento através do Tema 385 e Recurso Especial nº 1149022/SP publicado em 24/06/2010, no sentido de que "a denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da administração tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente".

No âmbito federal vale observar que, nos termos do Ato Declaratório PGFN nº 8 de 2011, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) é dispensada de apresentar contestação ou interpor recurso em face de decisão desfavorável quando o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a, com o pagamento concomitante dos débitos acrescidos.

A **Receita Federal do Brasil** (RFB), todavia, vem entendendo que se o débito não foi objeto de pagamento integral até a data da entrega da declaração que informou o débito, o contribuinte não faz jus ao instituto da denúncia espontânea. No entanto, sabe-se que, por exemplo, somente com a entrega das declarações retificadoras pela DCTF-WEB é que a guia é gerada pelo sistema, inexistindo, portanto, a possibilidade de o contribuinte gerar uma guia antes de inserir as informações no sistema.

Nesses casos, ainda que o pagamento seja realizado em momento posterior, mas dentro da mesma competência, tem-se claro que, ao contrário do que vem entendendo o Fisco, ocorreu a quitação do débito de forma concomitante a entrega da declaração nos exatos termos em que já decidido.

Inclusive, em caso semelhante, recentemente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) aplicou o instituto da denúncia espontânea em um caso em que "a transmissão da DCTF retificadora e a realização do respectivo pagamento ocorreram no

mesmo mês (período de apuração), com apenas alguns dias de diferença, além de terem se realizado, segundo se infere dos autos, antes do início de qualquer procedimento da administração tributária" (apelação cível nº 5021622-58.2023.4.03.6100 - julgamento em 07/12/2024).

Deste modo, em linha com a tendência global de "cooperative compliance", o ideal seria que as autoridades fiscais ajustassem o seu entendimento e, sobretudo, os seus sistemas, a fim de a denúncia espontânea seja estimulada-afastando a multa tributária pelo não pagamento do tributo nos termos do artigo 138 do CTN. Até que o tema seja pacificado, o ideal é que os contribuintes busquem a via judicial para evitar autuações.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=4
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=4§ion=4)**

LULA DEVE SE REUNIR HOJE COM ALCOLUMBRE E HUGO MOTTA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve se reunir na manhã de hoje com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). O encontro consta da agenda do presidente da Câmara, que marcou para a tarde a primeira reunião com o núcleo de líderes para definir as pautas prioritárias a serem votadas no plenário. O encontro deve marcar o início das conversas do presidente com o novo comando do Congresso,

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o presidente Lula deverá apresentar nos próximos dias ao novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a pauta prioritária do Palácio do Planalto. Entre os destaques estão o Orçamento de 2025, a isenção da cobrança do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil e o Plano Nacional de Educação. Segundo Jaques Wagner, o presidente Lula espera uma relação institucional harmoniosa com o Congresso Nacional. Já o senador Marcos Rogério (PL-RO) ressaltou que a oposição terá um protagonismo maior nesses próximos dois anos.

Segundo Jaques Wagner, a Casa Civil está finalizando a lista dos projetos que deverão ser votados neste ano pelo Congresso Nacional. Entre eles, estão o Orçamento de 2025, o segundo projeto da regulamentação da **Reforma Tributária**, a isenção da cobrança do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, o Plano Nacional de Educação, além de propostas relacionadas ao social, meio ambiente e tecnologia. J

Jaques Wagner esclareceu que o presidente Lula não se posicionou nas eleições para os comandos do Senado e da Câmara dos Deputados por entender que esse é um assunto do próprio Legislativo. Os partidos aliados, no entanto, declararam apoio a Davi Alcolumbre. Jaques Wagner destacou que o petista espera uma relação institucional harmoniosa que considere as prioridades do país.

Avaliação

Apesar do encontro no primeiro dia do ano Legislativo, o presidente Lula deve enfrentar dificuldades. "Não terei dificuldade na relação com o Congresso Nacional", disse Lula (PT) na entrevista coletiva da última quinta-feira, em uma daquelas frases que

parecem não convencer nem quem está falando. Os dois primeiros anos de Lula 3 registraram os piores números de um presidente no Congresso, mesmo com a distribuição de 11 ministérios ao quinteto União Brasil-PSD-MDB-PP-Republicanos.

A esperadíssima vitória Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) no Senado e Hugo Motta (Republicanos-PB) na Câmara dos Deputados motivou Lula e petistas a manifestarem otimismo em público, mas o cenário continua muito ruim para o governo.

Desde a transição, em 2022, o petista se viu no beco (quase) sem saída de ter sido eleito ao lado de um Congresso majoritariamente de centro-direita e direita. Ele não teve outra opção que não a de fechar um acordo com vários partidos e políticos que estavam no governo e na campanha de Jair Bolsonaro (PL) - em especial Arthur Lira (PP-AL), o todo-poderoso presidente da Câmara. De lá para cá a contabilidade não mudou, nem poderia.

A esquerda continua minoritária no Congresso, e o centrão e seus adjacentes, dando as cartas. Já o governo perdeu o período de lua de mel de todo início de gestão e viveu uma relação instável com sua base no Congresso mesmo com a distribuição dos 11 ministérios. Na semana passada, pesquisa Quaest mostrou que, pela primeira vez, a reprovação a Lula superou a aprovação. Não há nenhuma indicação concreta de que há em curso uma mudança de ventos pró-governo dentro do centrão nem que a troca de Pacheco por Alcolumbre e de Lira por Hugo Motta vá promover grandes reviravoltas.

O analista político Melillo Dinis avalia que as mudanças indicam um período em que a oposição ao governo do presidente Lula terá mais espaço para as suas pautas, além de maior influência no cotidiano no parlamento brasileiro. "O crescimento dessa presença decorre das muitas articulações que levaram à eleição de Hugo Motta e de Davi Alcolumbre, mas, principalmente, da percepção de um setor da política de que 2026 é logo ali. Assim, com "um olho no padre e com outro na missa", com a agenda de 2025 e uma eleição em 2026, os parlamentares da oposição vão esquentar muito o clima de Brasília e garantir que o governo Lula não terá vida fácil", observa.

Com a nova eleição, os então presidentes do Senado

e Câmara, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira voltaram às rotinas como parlamentares. Nos bastidores, há uma expectativa de que eles se tornem ministros do governo Lula, mas ambos despistam qualquer especulação nesse sentido. Ao encerrar o mandato como presidente do Senado, Pacheco ressaltou sua intenção de disputar o governo de Minas Gerais em 2026. Em entrevista coletiva, o político admitiu que o cargo é um sonho e que sua possível candidatura dependerá de fatores políticos e circunstanciais.

COMISSOES

As instalações das comissões temáticas do Senado devem ocorrer amanhã, um dia após a abertura do Legislativo. No mesmo dia deve ocorrer a eleição para os presidentes do colegiado. O PSD que, atualmente, conta com a maior bancada da Casa, deve ficar com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sendo o senador Otto Alencar (PSD-BA) é o mais cotado para o cargo. Para a Comissão de Educação, a senadora Teresa Leitão (PT-PE) tenta a vaga de presidente. O partido do presidente Lula também articula para ficar com a Comissão do Meio Ambiente, com a indicação do senador Fabiano Contarato (PT-ES). Do lado da oposição, o PL prevê a presidência da Comissão de Segurança Pública para o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Na Comissão de Infraestrutura, o senador Marcos Rogério (PL-RO) deve ficar com o colegiado. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) é a mais cotada para assumir a Comissão de Direitos Humanos. Na Câmara, as negociações para os cargos nos colegiados tendem a ficar para depois do Carnaval, em março. Neste ano, a Comissão de Saúde deve ser uma das mais disputadas pelos partidos por conta das emendas parlamentares.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Isenção de tributo estadual sobre herança eleva interesse pela previdência privada

LEONARDO GUIMARÃES ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou em dezembro do ano passado a inconstitucionalidade da cobrança do imposto estadual sobre heranças, conhecido como Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), em relação à previdência privada, elevou a atratividade desse tipo de investimento.

Para o mercado financeiro, essa decisão reforça a eficácia da previdência privada na gestão patrimonial e no planejamento sucessório, proporcionando significativa economia tributária para as famílias brasileiras.

O ITCMD é aplicado em 15 Estados, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais.

Danilo Carrilho, especialista em previdência e seguros da Warren, menciona que o aval do STF confere segurança jurídica aos produtos de previdência privada, como os planos Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

"Isso se torna relevante, pois atua como uma proteção ao benefício fiscal que estava vulnerável. A incerteza fazia com que alguns clientes hesitassem em adotar esse produto", diz Carrilho.

Mesmo nos Estados onde a cobrança não era efetuada, a possibilidade de alteração legislativa para permitir a cobrança afastava potenciais interessados.

"Estávamos cientes de que alguns Estados planejavam modificar a legislação para incluir a cobrança do ITCMD", comenta Carrilho.

Embora a decisão não represente um incentivo fiscal direto ao produto, ela elimina um risco tributário. Os planos PGBL e VGBL oferecem benefícios em vida, como o adiamento e a progressividade no pagamento do Imposto de Renda (IR). Com a decisão do STF, quem possui um plano de previdência pode nomear um beneficiário, que receberá o valor em caso de falecimento como uma execução contratual, semelhante ao que ocorre com um seguro, evitando

que essa transferência de valores seja tratada como doação ou herança.

REGRA. Diferentemente de outros investimentos em renda fixa, como o Tesouro Selic e o CDB, o imposto de renda sobre os rendimentos da previdência privada, após dez anos de aplicação, é de apenas 10%. Por isso, a previdência é frequentemente utilizada para complementar a renda na aposentadoria, pois permite a conversão em renda mensal, reduzindo gradativamente o saldo total.

O ITCMD incide sobre os bens deixados pelo titular, como imóveis, dinheiro, poupança, investimentos, veículos. De acordo com o STF, o imposto pode ser aplicado sobre doações, mas não se estende à previdência privada, já que os beneficiários podem ser livremente indicados pelo titular, sem a necessidade de seguir as regras de sucessão legal ou inventário. "O Supremo considera isso um vínculo contratual privado", afirma Gisele Martorelli, advogada especializada em direito de família.

Em geral, a alíquota do ITCMD é progressiva, alcançando o limite de 8% para valores acima de R\$ 300 mil, variando conforme o estado. Em São Paulo, a alíquota é de 4% para doações e inventários. No Mato Grosso do Sul, é de 3% para doações e 6% para inventários, enquanto em Minas Gerais, a cobrança é fixada em 5%.

"A previdência privada se destaca como uma ferramenta valiosa no planejamento sucessório", diz Gisele. "Se meu objetivo é deixar uma parcela significativa do meu patrimônio em dinheiro para meus herdeiros, e esse montante não será utilizado por mim, é muito mais vantajoso investi-lo em um plano de previdência." Carrilho ressalta que o seguro de vida também é estratégico no planejamento sucessório, isentando os beneficiários do tributo estadual, assim como ocorre com a previdência privada.

SENTENÇA. A decisão do Supremo sobre a isenção do ITCMD na transmissão de previdência privada ainda não é definitiva, o que significa que pode ser contestada. Originou-se de uma ação de uma família do Rio de Janeiro que desafiou a cobrança na Justiça. Portanto, na transmissão de planos de previdência, é crucial que herdeiros ou beneficiários consultem a seguradora sobre a regra aplicável no momento do

recebimento dos recursos.

Luiz Felipe Baggio, consultor jurídico especializado em planejamento sucessório, observa que, antes da decisão se tornar irrevogável, o STF precisará definir a modulação dos efeitos.

Há incerteza se o entendimento dos ministros afetará casos anteriores à decisão, possibilitando a recuperação dos valores de ITCMD já pagos pelos Estados.

"Caso os ministros não se pronunciem, a decisão terá efeito somente a partir da data em que foi proferida", explica.

Após a decisão, Baggio antecipa uma possível reação dos Estados, que podem tentar recuperar os valores perdidos com o imposto em outros ativos transmitidos aos herdeiros.

"É provável que vejamos um aumento na fiscalização sobre os demais bens e ativos sujeitos ao ITCMD."

Decisão

STF entende que imposto não se aplica à previdência privada, pois beneficiários são de livre escolha do titular

**

SAIBA MAIS

Imposto sobre herança é previsto em lei

I O que é

O ITCMD incide sobre as heranças e é devido pelos herdeiros, além das doações

I Legislação

O ITCMD é previsto na Constituição, em seu artigo 155, e é citado entre os artigos 33 e 45 do Código Tributário Nacional

I Cobrança

O tributo é de responsabilidade dos Estados e a sua regulamentação é feita pelas Unidades da Federação, que também definem as alíquotas a serem cobradas, até o limite máximo definido pelo Senado Federal, que é de 8%

I Sem confisco

O patrimônio da pessoa que morreu deve passar para

seus herdeiros não podendo o Estado confiscar bens deixados como herança

I Reforma

A partir da **reforma tributária**, a cobrança progressiva do ITCMD se tornou regra e sua alíquota deve variar proporcionalmente ao montante da herança e da doação

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com receitas em alta, Estados gastam mais que arrecadam

A expansão dos gastos da União aqueceu a economia, elevou a dívida pública, ampliou sua fragilidade fiscal e aumentou a **inflação**. O desequilíbrio decorre da orientação do governo Lula de estimular o crescimento com base nas despesas do Estado, mas a responsabilidade pela expansão além do potencial não é só do governo federal. Em 2023 e parte de 2024, os governos estaduais, sobre os quais a vigilância das contas é menos rigorosa, aumentaram mais seus gastos que a União, em termos reais e nominais.

Após a pandemia, os governos estaduais acumularam enorme caixa-receberam cerca de R\$ 100 bilhões a mais do que perderam em receitas. Os repasses para enfrentar a covid-19 foram volumosos, e, embalados por transferências generosas da União, verbas crescentes de emendas parlamentares e crédito oficial, os Estados investiram mais, assim como ampliaram gastos com pessoal. Nos dois primeiros anos do mandato dos governadores, as receitas cresceram mais que as despesas no conjunto do período, tendência que a persistir trará déficits preocupantes no futuro. Na comparação entre 2022 e 2024, os dois primeiros anos dos novos governadores, os gastos correntes de 26 Estados e Distrito Federal subiram 8,7%, e as receitas correntes cresceram 2,1%, já descontada a **inflação** entre janeiro e outubro de 2024.

A nova rodada de gastos coincide com mais um programa de renegociação das dívidas dos Estados, feita para trazer de volta à adimplência os maiores devedores, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que estavam no anterior Regime de Recuperação Fiscal, Minas Gerais, que não aderiu a ele, e São Paulo, que paga seus débitos em dia. Os quatro compõem 90% do total devido, de R\$ 765 bilhões.

Os Estados que mantiveram seus compromissos em ordem receberão, como prêmio, recursos advindos de um fundo composto por depósitos dos governos regionais, criado para receber parte do dinheiro que será usado em contrapartida do abatimento de juros. O plano, o Programa de Pleno Pagamento de Dívida dos Estados (Propag), é generoso e foi sancionado com vetos que atingiram os governos que não estão pagando dívidas, como Rio e Minas, ou que estavam momentaneamente dispensados de fazê-lo, como o Rio Grande do Sul.

O Propag foi uma iniciativa do presidente do Senado,

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que almeja o governo de Minas, com o apoio de Lula. As condições são benevolentes a ponto de o presidente, contestando críticas dos governadores de Minas, Rio e Rio Grande do Sul, dizer que nem Jesus Cristo faria algo parecido. Ao propiciar a eliminação dos juros em troca de os

Estados investirem, o governo abre mão de receitas, pois paga agora 13,25% para emitir títulos indexados à Selic (metade de sua dívida acompanha os juros) enquanto os Estados terão apenas a correção pelo IPCA.

A enxurrada de despesas propiciada pela PEC da Transição no primeiro ano do mandato de Lula foi coadjuvada por gastança maior nos governos regionais, de acordo com estatísticas coletadas por Manoel Pires, do Centro de Política Fiscal do FGV Ibre. O gasto federal real acumulado no último trimestre - deflacionado pelo IPCA, dessazonalizado e excluindo todas as transferências para Estados e municípios - cresceu de R\$466 bilhões (até dezembro de 2022) para R\$ 626 bilhões (até dezembro de 2023). As despesas públicas reais saltaram de R\$ 475 bilhões na média dos quatro trimestres de 2019 para os R\$ 540 bilhões no terceiro trimestre de 2024, 13,8% de aumento. No mesmo período, o gasto real dos governos subnacionais foi de R\$ 458 bilhões para R\$ 630 bilhões, ou alta de 38%.

O governo freou parcialmente a gastança porque tem metas fiscais a cumprir, ao passo que nos Estados não há controle fora dos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, negligenciados pelos maiores devedores (exceto São Paulo). A disponibilidade de dinheiro para os Estados acompanhou a alta das transferências da União para eles. Pelos cálculos de Pires e Bráulio Borges, da LCA Consultores, as transferências reais-deflacionadas pelo IPCA, a preços constantes de setembro por meio dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e municípios (FPM) - aumentou de R\$ 329,5 bilhões em 2017 para R\$474,8 bilhões nos 12 meses até setembro de 2024, com 44% de aumento real. Quando a eles se somam outras transferências, como as do Fundeb e do Fundo Constitucional do Distrito Federal, emendas Pix e Lei Kandir, seu total aumenta

de R\$ 350 bilhões em 2017 para R\$ 591 bilhões nos 12 meses até setembro de 2024, avanço real de quase 70%.

O governo federal também suavizou as classificações para obtenção de crédito aos entes federativos, que cresceu. Não haveria motivo para que Estados deixassem de pagar dívidas, especialmente Rio e Minas, que estão, ao lado de São Paulo e Rio Grande do Sul, entre os mais ricos do país. Eles querem mais: queixam-se de que não poderão usar para abater dívidas o Fundo de Desenvolvimento Regional, criado pela **reforma tributária** e que nem existe ainda. A leniência ocorreu também nos governos petistas anteriores, que incentivaram crédito aos Estados e renegociaram suas dívidas. A história se repetiu no acordo feito por Lula e se repetirá mais à frente. Com despesas crescendo acima das receitas, haverá déficits no futuro, com dívida maior e nova renegociação no horizonte.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=4
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=4§ion=4)**

Setor imobiliário puxa crescimento do volume de recuperações judiciais em 2024

O país fechou o ano de 2024 com 523 empresas a mais em recuperação judicial em comparação com 2023, um aumento de 13%. Ao todo, 4.568 companhias negociavam dívidas na Justiça no ano passado - a maioria (28,8%) em São Paulo e do setor imobiliário -, de acordo com dados do Monitor RGF da consultoria RGF Associados, compartilhados de forma exclusiva com o Valor. É o maior número absoluto desde o início do acompanhamento desses processos, iniciado em abril de 2023.

A incorporação de empreendimentos imobiliários agora lidera o número de reestruturações, com 314 companhias nessa situação - no terceiro trimestre do ano passado, eram 266, ocupando o segundo lugar. A construção de edifícios também não vai bem, mas se manteve em terceiro no ranking nacional, com 212 empresas. O segundo lugar é ocupado pelas holdings de instituições não financeiras (272).

De acordo com advogados e associações do setor, os dados não refletem risco sistêmico para o mercado ou para a construção civil. A tendência, porém, é que 2025 seja desafiador para todos os setores, pelo cenário macroeconômico do país. Novos recordes no número de empresas re-financiando dívidas são esperados, tanto por meio de recuperações judiciais quanto extrajudiciais.

Apesar do recorde, houve desaceleração no crescimento do volume de empresas em recuperação judicial nos últimos três meses de 2024 frente ao trimestre anterior - de 4,4% para 3,6%. "É uma redução do ritmo, mas ainda é um cenário ruim", afirma Roberta Gonzaga, consultora do RGF.

O índice RGF de Recuperação Judicial (IRJ-RGF) variou pouco: saiu de 1,90 para 1,91 no mesmo

período. Significa dizer que a cada mil empresas ativas, quase duas delas estão em reestruturação no Judiciário. A base de dados do Monitor considera 2,4 milhões de companhias, excluindo filiais e microempresas.

A região Nordeste teve ligeira melhora no IRJ-RGF, saindo de 2,62 para 2,61. Foi o primeiro avanço desde 2023, mas ainda é uma média superior à do ano retrasado (2,49) e ao índice atual do Brasil. Também estão acima da média nacional o Centro-Oeste (2,97)

e Sul (2,33). Já no Sudeste (1,52) e Norte (1,29) existem menos empresas nesta situação, em comparação ao total em atividade.

Apesar de pulverizado em várias regiões, São Paulo foi onde houve maior aumento absoluto de empresas em recuperação, número que agora chega a 1.315. O Rio

Grande do Sul segue em segundo lugar, após as fortes chuvas no primeiro semestre de 2024. Empresas do agronegócio, do cultivo de soja e criação de bovinos estão entre os cinco principais setores em crise no Estado, onde existem, ao todo, 414 empresas em reestruturação.

Segundo Rodrigo Gallegos, sócio do RGF Associados, o perfil da dívida das empresas é muito semelhante: mais da metade é com instituições financeiras. "São de algum endividamento ou alavancagem que a empresa fez ao longo dos anos e agora está apertando o caixa", afirma. Na visão dele, se não for possível renegociar com os bancos, o ideal é não deixar a crise comprometer a parte operacional. "É o que faz a empresa girar, o "core busi-ness". Sem isso, não tem empresa."

Roberta Gonzaga diz que esse é inclusive o momento de procurar o instituto da recuperação judicial ou extrajudicial. "É cada vez mais importante a empresa enxergar qual o momento certo de entrar com o processo, que é o momento em que vai começar a afetar o operacional. É o mais adequado porque, se passa um pouco, fica mais complexo", afirma.

A perspectiva para 2025 é de piora, destaca Gallegos. "Apesar dos indicadores econômicos não estarem tão ruins, para as empresas, a situação está grave, principalmente por causa da taxa de juros", diz. Outro dificultador é o acesso ao crédito. "Como a política econômica e fiscal do Brasil ainda não está 100% ajustada, isso deixa as instituições financeiras com o crédito menos acessível. Estão sendo mais seletivos, esperando para ver a direção econômica que o governo vai dar", completa ele, mencionando a meta fiscal e reforma tributária.

Olivar Vitale, sócio do VBD Advogados, especialista em direito imobiliário, diz que o juro alto tem atrapalhado o investimento e aquisição de moradias.

"É um momento difícil e de atenção que todos estamos vivendo. Gera maior dificuldade de captação de dinheiro para empreendimentos, para fundos de investimento em real state e também para captação de financiamento para casa própria", diz.

Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia justifica a alta quantidade de empresas em recuperação pelo fato de o setor ser muito representativo em relação ao total de empresas no país. Mas que uma das possíveis causas são investimentos a longo prazo, o que deixa a área sujeita a alterações de governo, além de insegurança jurídica.

"No setor de incorporação, se trabalha com cinco a seis anos entre a aquisição do terreno e a produção e, muitas vezes, tem mudanças na prefeitura, no governo de Estado e federal", diz. "É um setor sujeito a alterações de políticas, especialmente taxa de juros, que tem estado elevada."

Para Eduardo Scarpellini, sócio da EXM Partners, o setor imobiliário enfrenta uma baixa absorção dos empreendimentos, por conta dos altos custos no financiamento. "Nos anos anteriores, por conta da taxa de juros baixa, tivemos diversos lançamentos, então existe uma oferta muito forte de novos empreendimentos, mas que não tem sido absorvida pelo mercado, o que faz com que as construtoras acabem segurando a venda e algumas peçam recuperação judicial", afirma.

Especialistas e representantes do setor concordam que é preciso ajuda do governo para a construção civil. "Se o país continuar com a taxa de juros nesses patamares e não for adotada pelo governo uma taxa subsidiada para o sistema habitacional, crescerá a preocupação com esse setor", afirma Scarpellini.

Em nota ao Valor, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) diz que "os pedidos de recuperação judicial no setor de incorporação são casos isolados e não representam um risco sistêmico". "O modelo de negócios do segmento, baseado em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) com patrimônio de afetação, garante que eventuais dificuldades financeiras de uma empresa não comprometam a entrega das obras, nem prejudiquem os consumidores", afirma.

Cita ainda que o programa do governo Minha Casa, Minha Vida (MCMV) "segue um fluxo financeiro independente das oscilações da taxa de juros, garantindo estabilidade ao segmento de habitação popular". "No mercado de médio e alto padrão, as incorporadoras associadas à Abrainc apresentam excelente saúde financeira, reforçando a segurança do

setor", acrescenta.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Setor imobiliário puxa crescimento do volume de recuperações judiciais em 2024

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188107?page=4§ion=4>

Guerra tarifária e plano de anexar o Canadá

RODRIGO CRAVEIRO

Apesar de admitir represálias à sua guerra tarifária - lançada no sábado contra Canadá, México e China -, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que a dor provocada pelas reações dos países "valerá a pena" e tornou a ameaçar a anexação do Canadá. "Nós pagamos centenas de bilhões de dólares para subsidiar o Canadá. Por que? Não há razão. Não precisamos de nada que eles tenham.

Temos energia ilimitada, deveríamos fabricar nossos carros e temos mais madeira do que podemos usar", escreveu, em sua plataforma Truth Social. "Sem esse subsídio massivo, o Canadá deixa de existir como um país viável. É duro, mas verdadeiro.

Portanto, o Canadá deve se tornar nosso querido 51º estado." Dezesete minutos antes, na mesma rede social, o republicano tinha questionado o motivo pelo qual os Estados Unidos deveriam perder "trilhões de dólares" ao "subsidiar" outros países.

"Esta será a era dourada dos EUA! Haverá alguma dor? Sim, talvez (e talvez não!). Mas faremos a América grande novamente, e valerá a pena o preço que deveremos pagar. Somos um país que está sendo administrado com senso comum, e o resultado será espetacular!", escreveu.

No sábado, Trump impôs tarifas aduaneiras de 25% sobre importações do Canadá e do México, e um adicional de 10% àquelas em vigor sobre produtos chineses.

Em resposta, Dominic Le-Blanc, ministro das Finanças canadense, anunciou, ontem, uma taxa de 25% sobre importações dos EUA - entre eles, frutas e vegetais, laticínios, vestuário, vinho, cerveja e itens domésticos.

"O Canadá responderá à ação comercial dos EUA com tarifas de 25% contra US\$ 155 bilhões em bens americanos", declarou o primeiro-ministro Justin Trudeau, no sábado. "Isso inclui tarifas imediatas sobre cerca de US\$ 30 bilhões em produtos dos EUA, a partir de terça-feira." Menos de três horas depois da publicação de Trump, Trudeau fez um apelo, no início da tarde de ontem, aos canadenses. "Agora, é hora de escolher produtos feitos bem aqui, no Canadá. Verifiquem os rótulos. Vamos fazer nossa parte. Sempre que possível, escolham o Canadá", recomendou.

O apelo do premiê deu resultado imediato. As prateleiras de supermercados canadenses estampavam uma etiqueta sob alguns produtos: "Produzido no Canadá".

Uma fonte do governo canadense disse à agência de notícias France-Presse que o país apresentará uma queixa à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os Estados Unidos.

"O governo canadense considera claramente que essas tarifas alfandegárias constituem uma violação dos compromissos comerciais dos Estados Unidos" no âmbito da OMC e do tratado comercial T-MEC. A China tomou a mesma decisão de acionar a OMC. Trump também ameaça adotar tarifas contra a União Europeia (UE). A Comissão Europeia divulgou nota, em que afirma que "a UE está firmemente convencida de que tarifas baixas promovem o crescimento e a estabilidade econômica, mas responderá com firmeza se tarifas injustas forem aplicadas".

México

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, avisou que aguarda a resposta de Trump à proposta de criar uma mesa de trabalho sobre migração e narcotráfico, temas que o republicano citou para impor tarifas ao México. "Sugiro que aguardemos a resposta do presidente Trump a esta proposta (...). Amanhã, estarei informando as primeiras medidas do que chamamos de 'plano B' diante desses **impostos**, declarou, em uma menção à possível taxa de produtos dos Estados Unidos. Trump acusou o México de forjar uma "aliança" com cartéis do narcotráfico e de oferecer-lhes "abrigos seguros".

Vivek Astvansh, especialista em relações comerciais canadense-americanas pela McGill University (em Montreal, Canadá), disse ao Correio acreditar que Trump esteja usando o termo errado em suas declarações.

"Subsídio significa que uma parte vende um produto para outro a um preço menor do que o preço de mercado. Não vejo os EUA fazerem isso em relação ao meu país. Esse teatro serve a leigos, que presumem que, se sua nação fabricar um produto internamente, em vez de comprá-lo de outro país, o preço será menor.

É uma suposição errada", explicou.

Sobre a ameaça de anexar o Canadá e transformá-lo no 51º estado americano, o estudioso afirmou: "Não levo isso a sério".

Ainda segundo Astvansh, os importadores americanos pagarão tarifas aos governos federais.

"Os custos aumentarão e os lucros diminuirão. Para tentar conter o declínio dos ganhos, os importadores pedirão aos exportadores mexicanos e canadenses para que reduzam seus preços ou aumentarão os preços para os consumidores finais. "Essa segunda opção ampliará a **inflação** e pressionará os governos a conterem-na. O governo poderá retirar o aumento da tarifa, sob a alegação de que a nação está 'segura'.

Os exportadores, provavelmente, não poderão reduzir seus preços em até 25%, o que significa que os importadores buscarão exportadores em outros países, assim como exportadores buscarão importadores." O canadense aposta que a tarifa pode forçar os EUA, o Canadá e o México a forjarem novos acordos comerciais ou aprofundar pactos existentes com outros países. "Isso oferece oportunidades para países da Europa, Ásia, África e América do Sul criarem acordos comerciais proativamente", concluiu Astvansh.

Considerado o "pai das finanças modernas", Eugene F. Fama - professor da Universidade de Chicago e laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 2013 - foi sucinto ao comentar a guerra tarifária de Trump. "Meu palpite: tudo isso é uma pose antes de negociações sérias", disse ao Correio, por e-mail.

Em seu editorial da última sexta-feira, o respeitado The Wall Street Journal, de tendência de direita, citou o tarifaço de Trump como "a guerra comercial mais idiota". "Os consumidores americanos sentirão o impacto dos preços mais elevados de alguns produtos", advertiu a publicação.

"Nós pagamos centenas de bilhões de dólares para subsidiar o Canadá. (...) Sem esse subsídio massivo, o Canadá deixa de existir como um país viável. É duro, mas verdadeiro. Portanto, o Canadá deve se tornar nosso querido 51º estado."

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos

EU ACHO...

"os importadores americanos poderão aumentar os preços para o consumidor final, o que aumentará a **inflação**. o Canadá impôs tarifas retaliatórias. Com isso, os exportadores americanos terão que encontrar países alternativos e reduzir a produção, até que

possam encontrar alternativas. Reduzir a produção pode significar demissões." Vivek Astvansh, especialista em relações comerciais canadense-americanas pela McGill University (em Montreal, Canadá)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6945/03-02-2025.html?all=1>

Financiando a transformação da educação pública antirracista (Artigo)

DAVID ARCHER

Os sistemas de educação pública ao redor do mundo são cronicamente subfinanciados e desiguais. Embora a educação devesse ser a força mais poderosa para promover a igualdade, o seu acesso e o sucesso na educação estão cada vez mais estratificados, o que reforça as injustiças históricas, que deveriam ser combatidas.

Os dados mais recentes mostram que, aproximadamente, 8 mil dólares, cerca de R\$ 40 mil reais, são gastos, anualmente, na educação de uma criança em países de alta renda, enquanto apenas 55 dólares, o equivalente a R\$ 330 por criança, são gastos, no mesmo período, em países de baixa renda, ou seja, cerca de 155 vezes a menos.

No Brasil, a Pesquisa Percepções sobre o Racismo no Brasil, do Projeto Seta (Sistema de Educação para uma Transformação Antirracista) e Instituto Peregum (2023), revelou que o racismo é o principal fator gerador de desigualdades, uma vez que 81% dos entrevistados afirmaram que o país é racista, e 64% dos jovens de 16 a 24 anos relataram que os contextos educacionais são os locais onde mais vivenciam o racismo.

Embora exista a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, as agendas de políticas de educação globais e nacionais quase nunca abordam o racismo diretamente.

Temos duros desafios, pois o racismo assume formas distintas e tem histórias particulares em diferentes países. Porém, existem raízes comuns significativas nas histórias estruturais contínuas de colonialismo, etnonacionalismo e despossessão indígena.

No último ano, o Projeto Seta, composto pelas organizações ActionAid, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Conaq, Geledés, Makira-Eta e a UNEafro Brasil, tem mapeado iniciativas ao redor do mundo que buscam enfrentar as questões de discriminação racial na educação, compreendendo diversas intervenções educacionais antirracistas e o trabalho que está sendo feito para construir movimentos de educação antirracista em diferentes contextos locais e nacionais.

O escopo dessa atividade no Brasil disponibiliza ideias dos investimentos necessários para, realmente, implementar um sistema público de educação antirracista. Para isso, é necessário apoiar o diálogo intergeracional sobre racismo e educação nos lares, escolas, locais de trabalho e na mídia. É preciso, também, um diálogo político sobre educação antirracista nos níveis federal, estadual e municipal. Educadores e gestores educacionais precisam ser treinados e apoiados com bons recursos de educação antirracista.

O aumento de investimentos é claramente necessário para alcançar o objetivo, mas esses investimentos são difíceis de fazer em um sistema de educação pública subfinanciado, seja no Brasil, seja em qualquer outro país.

O financiamento doméstico será sempre a chave. A Comissão de Educação observa que 97% do financiamento da educação vem de fontes domésticas, e, mesmo em países de baixa renda, apenas 12% do financiamento da educação vem de ajuda ou empréstimos. No entanto, o discurso global sobre educação é dominado pela indústria de ajuda, com doadores frequentemente exercendo um enorme poder sobre a direção das reformas educacionais em países de baixa e média rendas.

Os países preocupados com o financiamento da educação precisam ser capazes de aumentar suas receitas tributárias por meio de reformas fiscais progressivas - o que é difícil quando as regras fiscais globais foram definidas por 60 anos pelos países ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), facilitando fluxos financeiros ilícitos.

Um novo briefing, lançado na Reunião Global de Educação da Unesco, intitulado Dear Ministers of Finance (Caros ministros de finanças), delinea como existem alternativas que os ministros da Fazenda podem traçar para um caminho diferente que transforme o financiamento da educação. Por meio de ações sobre **impostos**, dívida e austeridade, é possível liberar os recursos necessários para criar sistemas de educação pública mais equitativos, de melhor qualidade e antirracistas. Mas isso requer uma mudança da visão de mundo (às vezes, sutilmente)

racista que moldou tanto a educação quanto a formulação de políticas econômicas por gerações. Enquanto isso, na mesma Reunião Global de Educação, uma carta aberta também foi publicada, convocando a comunidade educacional global a pôr a educação antirracista no centro dos debates políticos futuros.

DAVID ARCHER

Diretor de Programas da ActionAid Internacional e representante global do Projeto Seta

Site:

<https://educacao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/03/all.pdf>

O que está em jogo na guerra tarifária deflagrada pelos EUA?

Donald Trump levou pouco mais de dez dias desde a posse para colocar em prática as ameaças de elevar tarifas. E começou justamente com os principais parceiros comerciais dos americanos: México, Canadá e China. Mas o que esse movimento indica para a economia americana e qual seu impacto para o global? E para o Brasil? Tire suas dúvidas abaixo.

O que aconteceu?

No sábado Donald Trump anunciou a imposição de tarifas, parte de suas promessas de campanha, de 25% sobre bens importados do México e do Canadá. A exceção é para o setor de energia, que terá sobretaxa de 10%. Segundo especialistas, esse tratamento diferenciado reflete a preocupação com impacto inflacionário, já que as refinarias americanas processam grande volume de óleo canadense, e a tarifa mais alta pode se refletir no preço da gasolina. Para a China, foi anunciada sobretaxa de 10%. As tarifas entram em vigor amanhã. Uma das cláusulas previstas na ordem executiva anunciada por Trump prevê que as tarifas podem subir ainda mais em caso de retaliação.

O que são tarifas?

As tarifas são **impostos** aplicados sobre produtos fabricados no exterior que são importados para um país. Isso significa que, quando uma empresa nos EUA importa um produto fabricado fora, ela precisa pagar uma taxa ao governo americano. Acontece que esse custo adicional, historicamente, é repassado aos consumidores e acaba se traduzindo em preços mais altos. Mas defensores da medida, como Donald Trump, argumentam que isso fortalece a economia doméstica porque estimula a compra de produtos fabricados no país

Como Trump conseguiu que as tarifas fossem colocadas em vigórtão rapidamente?

Trump assinou três ordens executivas, baseado em uma lei da década de 1970, para declarar emergência econômica e implementar as tarifas, a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacionais. Ela permite que um presidente congele e bloqueie transações em resposta a uma ameaça incomum e extraordinária contra os Estados Unidos.

Qual foi o argumento para justificar isso?

Trump afirma que as tarifas são consequência da imigração ilegal e do contrabando de drogas. Sobre o México, afirmou que os traficantes de drogas e o governo têm "uma aliança intolerável" que coloca em risco a segurança nacional americana. Em relação ao Canadá, afirmou que os cartéis mexicanos estão operando no país e que a quantidade do anestésico fentanil interceptada seria suficiente para matar 9,5 milhões de americanos. A ordem executiva sobre a China diz que o país representa refúgio seguro para organizações criminosas lavarem a receita da produção, envio e venda de opioides sintéticos. Analistas e países questionam esses argumentos, avaliando que Trump está mais preocupado com questões como imigração e déficit comercial.

Como os países reagiram?

O primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, anunciou sobretaxa de 25% sobre uma gama de produtos americanos, que vai do iogurte até as carnes, passando por eletrodomésticos, em um montante que pode chegar a US\$ 106 bilhões. Segundo a AFP, com base em uma fonte do governo canadense, o país apresentará uma queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com a agência de notícias, o governo canadense considera que as tarifas alfandegárias representam uma violação dos compromissos comerciais dos EUA no âmbito da OMC e do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), assinado em 2020 e que substituiu o Nafta. A presidente do México, Claudia Sheinbaum, disse em um post em uma rede social que vai implementar um plano B, que

abrange medidas tarifárias e não tarifárias, sem dar detalhes. O governo de Xi Jin-ping, na China, afirmou que adotará contramedidas correspondentes e disse que pode levar o caso ao âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

As tarifas podem subir mais?

Sim. As ordens executivas são claras em indicar que o presidente dos EUA pode responder a ações de retaliação. Se isso ocorrer, como já indicaram os governos do Canadá e do México, Trump pode aumentar ou ampliar o escopo das tarifas. Um dos

pontos de destaque é que não se trata de um mecanismo automático, a decisão sobre como e quando ampliar as tarifas ficaria a cargo de Donald Trump.

Quais são os impactos para a economia americana da adoção de tarifas?

Segundo especialistas, a imposição de tarifas pode levar a um ciclo negativo de aumento de custos, que leva a uma redução na demanda por produtos, o que pode acabar freando a economia. As consequências esperadas são aumento da **inflação** e do desemprego. O México é o principal fornecedor de frutas e vegetais para os EUA. O Canadá vende uma gama de produtos, como grãos, carnes e petróleo. Empresas americanas exportaram US\$ 763 bilhões em bens para os três países de janeiro a novembro do ano passado, segundo dados do Financial Times: 17% do total para o Canadá, 16% para o México e 7% para a China.

Produtores mexicanos agrícolas e de autopeças pediram ontem um "diálogo" para acabar com a guerra comercial. Segundo eles, as tarifas prejudicarão a "competitividade" da região e colocarão milhões de empregos em risco.

Como Trump pretende justificar esse movimento aos americanos?

Trump afirmou que os americanos podem sentir as consequências econômicas das tarifas impostas a outros países, mas insistiu que "o preço valerá a pena" para proteger os interesses dos EUA.

Quais são as indústrias mais afetadas?

As que dependem do comércio transfronteiriço são as primeiras na mira. O setor automotivo deve ser fortemente afetado. Uma consultoria calcula que a imposição de tarifas vai aumentar o preço dos carros zero nos EUA em US\$ 3 mil (cerca de R\$ 18 mil). Estimativas apontam que 16% do valor de um automóvel fabricado nos EUA é resultado de trabalho executado no México e no Canadá. Outros segmentos afetados são a produção de alimentos e a construção.

O Brasil será afetado?

Economistas dizem que, se houver uma escalada de tarifas global, o Brasil pode ser afetado adiante, embora não esteja na primeira leva de sobretaxas adotadas por Trump. Ou ser taxado em produtos específicos, como aço e alumínio. Mas parte dos especialistas pondera que o país não está na mira de Trump porque os EUA não têm déficit comercial na relação com o país. Em 2024, o Brasil teve déficit de

US\$ 253 milhões com os EUA, o que faria com que não fosse tratado como prioridade. Agora, independentemente de estar ou não na mira, o cenário pode ficar mais difícil para o Brasil do ponto de vista comercial caso seja deflagrada uma grande guerra comercial, o que tende a afetar a **inflação**, o emprego e frear a economia global.

Quais são os próximos passos?

Trump afirmou que pretende taxar a União Européia, mas ainda não implementou a cobrança de sobretaxas. O bloco afirmou que responderá "com firmeza" caso os EUA imponham tarifas. A Comissão Européia e os Estados-membros do bloco discutirão o assunto amanhã durante reunião ministerial de comércio em Varsóvia. De acordo com um porta-voz da comissão, o uso de tarifas é "prejudicial para todos os lados".

(Com agências internacionais)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Musk amplia cerco contra agência de ajuda dos EUA

O bilionário Elon Musk chamou ontem a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid, na sigla em inglês) de "organização criminosa" após o presidente Donald Trump decidir congelar as ajudas de Washington a outros países por três meses. Os comentários vieram depois que dois importantes funcionários de segurança da Usaid, o diretor John Voorhees e seu vice, foram colocados em licença administrativa na noite de sábado após se recusarem a dar aos representantes do Departamento de Eficiência Governamental (Doge) de Musk acesso aos sistemas internos.

Várias pessoas que se identificaram como representantes do Doge foram à sede da Usaid na semana passada para exigir acesso aos registros financeiros e de pessoal da agência, de acordo com duas autoridades americanas. Segundo o jornal New York Times, os representantes entraram em conflito com Voorhees ao tentarem entrar em uma área restrita dos escritórios da agência para obter material confidencial. Ele foi afastado da direção da Usaid logo depois.

O chefe de gabinete da agência, Matt Hopson, um nomeado político de Trump que havia começado o trabalho dias atrás, renunciou após o ocorrido, disseram duas autoridades familiarizadas com o assunto.

SITE FORA DO AR

A Usaid, que gastou cerca de US\$ 38,1 bilhões em serviços de saúde, assistência a desastres, esforços antipobreza e outros programas de assistência estrangeira no ano fiscal de 2023, corresponde a menos de 1% do Orçamento federal. Ela recebe orientação do Departamento de Estado, mas opera independentemente. No entanto, surgiram conversas entre funcionários atuais e antigos e legisladores para que a agência, que recebe seu financiamento do Congresso, seja incorporada ao Departamento de Estado em uma forma drasticamente reduzida.

Em meio às polêmicas, o site da Usaid está fora do ar desde sábado - uma possível indicação de uma perda iminente da autonomia da agência que os funcionários previram que Trump tomaria oficial em breve com um decreto. Além disso, o site do Departamento de Estado tem uma página com postagens arquivadas da

agência de ajuda.

Legisladores e agentes humanitários também relataram que pelo menos algumas das placas na sede da agência foram removidas. Porta-vozes da Casa Branca não retornaram imediatamente um pedido de comentário.

O esforço de corte de custos liderado por Musk no Doge, que não é um departamento governamental, faz parte de uma força-tarefa da gestão Trump com um poder incomum e inédito nos EUA. Um decreto assinado pelo presidente deu aos seus trabalhadores acesso irrestrito a agências governamentais, garantindo a Musk uma ferramenta poderosa para monitorar e potencialmente limitar os gastos do governo. Em teoria, porém, os funcionários ainda precisariam obter autorizações de segurança adequadas para acessar material confidencial.

TEORIAS DE CONSPIRAÇÃO

Mas além dos afastamentos e da pressão sobre a agência, Musk também usou sua plataforma X para postar uma série de mensagens nos últimos dias expressando fúria com a Usaid e expressando teorias da conspiração sobre ela.

Ontem, sem apresentar provas, ele perguntou a seus 215 milhões de seguidores: "Vocês sabiam que a Usaid, usando SEUS **impostos**, financiou pesquisas sobre armas biológicas, incluindo a Covid-19, que matou milhões de pessoas?". O empresário não forneceu mais detalhes sobre tais acusações, que funcionários da administração anterior, do democrata Joe Biden, haviam vinculado a uma campanha de desinformação russa.

As mudanças abalaram organizações sem fins lucrativos apoiadas pela Usaid. Esses grupos já se recuperavam da decisão do governo Trump de congelar quase todos os programas de ajuda externa, uma medida que foi ligeiramente modificada por uma vaga isenção subsequente para programas que administram ajuda humanitária vital.

"Um colapso abrupto da agência colocaria os direitos de milhões de pessoas ao redor do mundo em maior risco como resultado", disse Paul O'Brien, diretor executivo da Anistia Internacional, em nota. "O que

desmantelar a Usaid não faz é tomar ninguém mais seguro ou mais próspero. O Congresso deve intervir imediatamente para desafiar isso."

A interferência do Doge nas agências governamentais também se estendeu ao Departamento do Tesouro. Musk recebeu recentemente o acesso ao sistema de pagamentos da agência, após impasse semelhante com um funcionário graduado do Tesouro, em disputa que levou a seu afastamento e posterior aposentadoria repentina.

Com New York Times e AFP

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estados recorrem cada vez mais a alta de ICMS

Marta Watanabe De São Paulo

O movimento de aumento da alíquota geral do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo cobrado hoje sobre o consumo, ainda não chegou ao fim. A alíquota média do imposto, de 17,61% em 2022, subirá para 19,24% em 2025. A conta considera os 26 Estados e o Distrito Federal e as elevações de ICMS aprovadas em 2024, que entrarão em vigor até abril deste ano nos Estados do Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão. O movimento de elevação de alíquotas acontece desde 2022. Desde então ao menos 18 Estados e o Distrito Federal aumentaram a alíquota do ICMS pelo menos uma vez.

A maior alíquota padrão de ICMS, que era de 18% em 2022, passará a ser de 23% a partir de 23 de fevereiro deste ano, quando entra em vigor a lei que aumentou o tributo no Maranhão. Com aumento de cinco pontos percentuais que foram aplicados gradualmente desde 2022, o ICMS maranhense foi o que mais subiu no período, seguido do imposto do Piauí, que será de 22,5% a partir de abril deste ano. Em 2022 era de 18%. Os Estados de Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo não aumentaram a alíquota padrão de ICMS desde 2022.

Em alguns casos, porém, houve tentativa de elevar o imposto. O governo gaúcho, por exemplo tentou aprovar uma lei em 2023 para garantir uma alíquota maior em 2024, mas recuou. Ante sinalização de forte oposição política, o governador Eduardo Leite (PSDB) retirou proposta que havia sido encaminhada à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul nesse sentido. A atual alíquota modal do ICMS gaúcho é de 17%.

Em razão do princípio da anterioridade anual, a legislação para elevar alíquota de ICMS precisa ser aprovada no ano anterior. Os Estados precisam também a anterioridade de 90 dias.

Carlos Eduardo Xavier, secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, lembra que o governo estadual tentou elevar a alíquota modal de ICMS para 20% em 2023, para começar a valerem 2024. "O governo teve uma derrota na Assembleia Legislativa. No ano passado, conseguimos organizar melhor a nossa base e aprovamos a alíquota de 20% de forma definitiva."

Em 2022 o governo potiguar elevou a alíquota de 18% para 20%, com validade para o ano seguinte, mas a medida foi temporária e vigorou apenas até o fim de 2023. No ano passado, portanto, o ICMS modal voltou para 18%. Entre as "questões imperativas" para a retomada da alíquota de 20%, diz Xavier, está a recomposição de receitas frente ao "baque" na arrecadação desde 2022.

Em nota, a Secretaria da Fazenda do Maranhão também aponta a recomposição da arrecadação perdida em 2022, quando o governo federal, sob gestão de Jair Bolsonaro, impôs restrições que resultaram na redução de alíquotas de ICMS em setores importantes para a arrecadação estadual, como energia elétrica, combustíveis e telecomunicações.

Até 2022, na maior parte dos Estados, essas atividades pagavam ICMS acima da alíquota padrão ou modal, como se chama a alíquota geral que os Estados estabelecem para o imposto. As restrições vieram por meio das Leis Complementares 192 e 194, ambas de 2022. Rodrigo Spada, presidente da Associação Nacional de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), explica que essas leis tiveram como base precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) que já apontavam a atividade de energia elétrica e telecomunicações como essenciais, o que as livrava de pagar alíquota de ICMS mais alta que a modal. Os combustíveis, lembra, acabaram sendo incluídos também pelas leis num momento em que se pretendia combater a **inflação**. À época, os preços de gasolina e diesel acompanharam o forte aumento das cotações de petróleo em 2022, logo após a invasão da Ucrânia pela Rússia nos primeiros meses daquele ano.

O conjunto de medidas, lembra Spada, também resultou numa mudança na cobrança do ICMS sobre combustíveis, que passou a ser pelo modelo "ad rem", com determinado valor por litro - no caso de gasolina e diesel, e por quilo para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) -, e não mais pela aplicação da alíquota sobre os preços.

Segundo a Fazenda maranhense, as medidas de restrição às alíquotas de ICMS resultaram em redução da ordem de R\$ 200 milhões mensais na arrecadação. Mesmo com as reduções do custeio e orçamento das

secretarias, diz nota da Fazenda do Estado, foi necessário ajustar as alíquotas do ICMS, de modo a recompor parcialmente os déficits na arrecadação. O imposto que era de 18% em 2022, subiu para 20% no decorrer de 2023. Em 2024 avançou para 22%. E subirá mais um ponto percentual, para 23%, em fevereiro. "Com o ajuste da alíquota e a melhoria da máquina fiscal, a arrecadação do Estado do Maranhão, considerando os valores atualizados pela **inflação**, vai superar os níveis alcançados no ano de 2022, permitindo ao Estado fazer investimentos na infraestrutura e financiar políticas públicas e programas sociais", diz a Fazenda maranhense.

Renata dos Santos, secretária de Fazenda de Alagoas, conta que o Estado teve em 2023 e 2024 "pujança" na arrecadação por causa do dinamismo econômico e da fiscalização. Em 2023, lembra, um programa de parcelamento especial de **tributos** também ajudou nas receitas. O desempenho, diz, contribuiu para o Estado não prosseguir com aumento de alíquotas. O governo alagoano elevou o ICMS modal no decorrer 2023, de 17% para 19%, com base em lei de 2022. De lá para cá não houve aumento na modal. "Existe também um limite para cobrar **tributos**. Quando se cobra demais, acaba aumentando a sonegação", diz. "A princípio, não há intenção de aumento de alíquota, mas isso depende de como a receita de ICMS vai se comportar este ano. Há incertezas sobre a atividade econômica."

Santos lembra que o Estado, além do ICMS modal de 19%, tem 1% adicional ao Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza (Fe-coep). Em Alagoas, explica ela, esse adicional tem base mais ampla que na média dos Estados. Em razão disso, segundo Santos, a alíquota de ICMS efetiva do Estado pode ser considerada em 20%.

Helena Sayuri Roveri, gerente de consultoria tributária da Becomex, explica que o adicional ao Fecoep é cobrado por muitos Estados, mas tem base mais ampla em três deles: além de Alagoas, com 1%; no Rio de Janeiro, com 2%, e em Sergipe, com 1%.

Há também outras situações específicas, indica Roveri. Em Santa Catarina, explica, a alíquota geral é de 17%. Mas operações internas ao Estado são tributadas a 12% desde que realizadas entre contribuintes, para mercadorias destinadas a comercialização ou industrialização. Trata-se, segundo ela, de estratégia para competir com a alíquota interestadual de 12% de ICMS e estimular as empresas a manter fornecedores dentro do próprio Estado.

Segundo a secretária da Fazenda de Alagoas, mesmo sem aumento de alíquota de ICMS, a segunda metade

do atual mandato vem também com cautela. Está em curso, diz ela, elaboração de um plano não só para aumentar receitas como também cortar gastos. "Estamos estudando revisão de contratos, mas sem fazer um corte cego." A ideia, diz, é analisar despesas "ponto a ponto", avaliando, por exemplo, gastos com viagens e eventos. "As despesas precisam de corte sempre", diz. A ideia é, com isso, garantir recursos para que o governo consiga executar investimentos prometidos durante a campanha.

Segundo Santos, a arrecadação de ICMS em Alagoas avançou 16% nominais em 2024, bem acima da **inflação** de 4,83% pelo IPCA. Para 2025, ela usa projeções conservadoras e estima estabilidade em termos reais para os repasses federais do Fundo de Participação do Estado (FPE). E projeta alta de cerca de 2% reais para a arrecadação de ICMS.

Com a maior arrecadação de ICMS do país, São Paulo manteve a alíquota padrão de 18% do imposto. Samuel Kinoshita, secretário da Fazenda paulista, diz que a opção do governo foi por outras medidas. Ele cita o programa Direção Certa, que inclui contenção de gastos, mecanismos de incentivo à regularização tributária e revisão de benefícios de ICMS. A arrecadação com o imposto no Estado cresceu 8,2% reais em 2024, contra o ano anterior. Em 2023, houve queda de 8%.

Site:

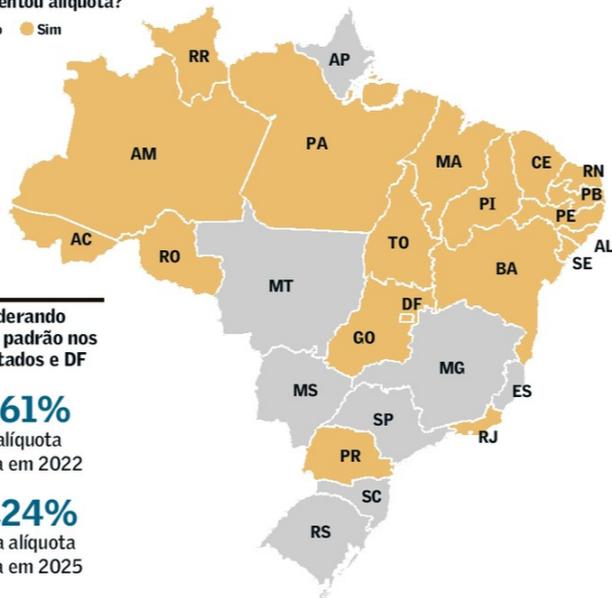
<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=12§ion=1>

ICMS padrão mais alto

Onde houve aumento de alíquota desde 2022

Aumentou alíquota?

● Não ● Sim



Considerando ICMS padrão nos 26 Estados e DF

17,61%

foi a alíquota média em 2022

19,24%

será a alíquota média em 2025

Mudança nas alíquotas

ICMS modal - %

	2022	2025
AC	17,0	19,0
AL	17,0	19*
AM	18,0	20,0
BA	18,0	20,5
CE	18,0	20,0
DF	18,0	20,0
GO	17,0	19,0
MA	18,0	23**
PA	17,0	19,0
PB	18,0	20,0
PE	18,0	20,5
PI	18,0	22,5**
PR	18,0	19,5
RJ	18,0	20*
RN	18,0	20*
RO	17,5	19,5
RR	17,0	20,0
SE	18,0	19*
TO	18,0	20,0

Fonte: Becomex e Febrafite. *Possuem cobrança destinada ao Fecop com base mais ampla, de 1% em Alagoas, 2% no Rio de Janeiro e 1% em Sergipe. **Alíquotas foram estabelecidas em 2024 para entrar em vigor em 2025. No Maranhão, a partir de 23/02; no Piauí, a partir de 01/04 e no Rio Grande do Norte, a partir de 20/03. Atualmente as alíquotas nesses Estados são, respectivamente, de 22%, 21% e 18%.

Os desafios do BC em 2025

O cenário econômico brasileiro é desafiador para as autoridades, com a **inflação** resistente, o aumento nos preços dos combustíveis e os sinais ambíguos do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre o futuro da taxa Selic. A decisão recente do Banco Central de elevar os juros para 13,25% ao ano reflete a preocupação com a persistência da alta de preços. Especialistas alertam que a política monetária pode enfrentar obstáculos adicionais diante da tributação sobre combustíveis e da conjuntura internacional.

A sinalização do Copom sobre os próximos passos da Selic gerou interpretações diversas no mercado financeiro. Segundo o economista e sociólogo Vinicius do Carmo, a comunicação do Banco Central manteve um tom condicional ao projetar um novo aumento na próxima reunião, indicando que a decisão não está completamente definida.

"O **comunicado** do Copom apresenta sinais ambíguos sobre a continuidade do ciclo de alta dos juros. Embora reforce a necessidade de uma política monetária mais contracionista diante da resiliência da atividade econômica e da desancoragem das expectativas de **inflação**, o tom condicional utilizado ao projetar um novo aumento na próxima reunião sugere que a decisão não está completamente definida", analisa.

Essa incerteza pode gerar insegurança entre investidores e empresários, afetando a credibilidade da política monetária. Carmo também destaca um fator de risco pouco enfatizado pelo Banco Central: o impacto do reajuste do ICMS sobre combustíveis.

"A tributação estadual mais elevada tende a aumentar o custo do transporte e da produção, gerando um efeito de segunda ordem sobre os preços e dificultando a convergência da **inflação** para a meta. Isso pode frustrar os planos do Copom de encerrar o ciclo de alta dos juros, tornando necessária a manutenção de uma Selic elevada por mais tempo", alerta o economista.

Obstáculos

O professor César Bergo, especialista em mercado financeiro da Universidade de Brasília (UnB), aponta que a **inflação** segue sendo um desafio significativo, impulsionada não apenas pelos alimentos, mas também pelo preço dos combustíveis. Segundo ele, apesar de uma aparente estabilidade no câmbio e no preço do petróleo no mercado internacional, os

reajustes internos podem continuar pressionando os índices de preços.

"O foco do Banco Central é o combate à **inflação**, mas alguns fatores estão tornando essa missão bastante difícil. Uma delas é a questão dos preços, não só dos alimentos, mas também dos combustíveis. Entramos numa fase em que há um certo equilíbrio no preço do dólar e do petróleo, o que pode ajudar a reduzir essas pressões nos próximos meses. No entanto, o Banco Central já precificou um novo aumento da Selic de 1% na próxima reunião", destaca.

A **inflação** no país continua acima da meta estabelecida pelo Banco Central. A previsão é que feche 2025 em 5,5%. A alta nos preços das tarifas de transporte urbano e a persistência do encarecimento dos alimentos contribuem para esse quadro, tornando difícil a adoção de uma política monetária menos restritiva.

Bergo lembra que o cenário internacional adiciona desafios extras à economia brasileira. A postura do Federal Reserve (Fed), banco central dos Estados Unidos, em manter as taxas de juros elevadas limita as possibilidades de flexibilização da política monetária no Brasil.

"As novas políticas implementadas pelo governo Trump e a resistência do Federal Reserve em reduzir as taxas de juros criam um ambiente instável para os mercados emergentes.

Esse cenário faz com que o Banco Central adote uma política cautelosa e prudente. A redução da Selic não está no radar, pelo menos no primeiro semestre de 2025", conclui.

Controle

Outro fator determinante para a política monetária e o comportamento da **inflação** é a taxa de câmbio. O professor Benito Salomão, da Universidade Federal de Uberlândia, aponta que a valorização do real pode ser um fator positivo para aliviar a pressão inflacionária nos próximos meses.

"A expectativa é que a ata do Copom traga as preocupações com a resiliência da **inflação** e o impacto da alta dos combustíveis, mas há um fator que pode ajudar a controlar os preços: o retorno da taxa de câmbio para o patamar observado antes do fim do ano", avalia.

Caso o real se fortaleça frente ao dólar, os preços de produtos importados e insumos industriais podem registrar queda, o que contribuiria para amenizar a **inflação** e reduzir a necessidade de novas altas na Selic. No entanto, essa variável está atrelada a fatores externos, como a política monetária dos Estados Unidos e a confiança dos investidores na economia brasileira.

O cenário econômico para os próximos meses segue incerto. A **inflação** segue pressionada por reajustes em itens essenciais, enquanto o Banco Central mantém uma postura rígida para conter os preços. A Selic elevada encarece o crédito e desacelera o consumo, afetando diretamente a atividade econômica. O comportamento da taxa de câmbio será um fator crucial para determinar os rumos da **inflação** e da política monetária. Caso o real continue fraco, o impacto dos produtos importados seguirá pressionando os preços. Por outro lado, uma valorização da moeda brasileira poderia abrir espaço para um alívio nos juros.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6945/03-02-2025.html?all=1>

Inflação persistente de serviços e de bens industriais preocupa o BC

MÁRCIA DE CHIARA

A **inflação** de alimentos deve continuar incomodando os brasileiros no curto prazo, mas a escalada de preços dos serviços e de bens industriais, ainda em razão do repasse da alta do câmbio, é o principal foco de preocupação da **inflação** para este ano, sobretudo do Banco Central (BC).

Tanto é que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC acaba de elevar a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, para 13,25% ao ano, a fim de esfriar a atividade e segurar a expectativa de **inflação**, que deu um salto na última semana.

De acordo com o mais recente boletim Focus do BC, o mercado projeta que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano atinja 5,5%, ou seja, 1 ponto percentual acima da meta, e muito acima da **inflação** de 5,08% projetada para 2025 na semana anterior.

Um estudo com base nos resultados do IPCA-15 - a prévia da **inflação** - para identificar a variação dos núcleos de **inflação**, indicadores de tendência, mostra que serviços e bens industriais são grupos de preços que registraram aumentos nos últimos 12 meses até janeiro em relação ao acumulado até dezembro 2024.

De acordo com o estudo da Lifetime Gestora de Recursos, em 12 meses até janeiro 2025, o núcleo da **inflação** de serviços acumulou alta de 5,45%, um aumento de mais de um ponto percentual em relação ao acumulado até dezembro pelo mesmo indicador (4,44%).

Outro grupo que segue pressionado é o de bens industriais em razão do repasse defasado da alta do câmbio. Até janeiro, o núcleo de bens industriais (aqueles que se destinam à produção de outros bens ou à prestação de serviços) acumulavam variação de 2,93% ante 2,59% até dezembro.

Já a **inflação** da alimentação no domicílio, embora em nível elevados e bem acima do teto da meta (4,5%), o núcleo aponta desaceleração. Até janeiro, o acumulado em 12 meses está em 7,76%, um ponto percentual abaixo do acumulado até dezembro de 2024 (8,76%).

Diferentemente dos preços dos alimentos que sobem e descem, por conta da oferta e da demanda, os preços dos serviços provocam mais estragos porque são difíceis de recuar.

"A **inflação** de serviços sobe e não volta", diz Marcela Kawauti, economista-chefe da gestora e responsável pelo estudo.

O economista Fabio Romão, da LCA 4 Intelligence, cita como outro exemplo de indexação dos serviços o que ocorre com as despesas de educação.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) é o principal indexador do custo da mão de obra na educação.

O indicador encerrou o ano passado com aumento de 4,8%, portanto 1 ponto acima do registrado em 2023. Isso fez o economista projetar uma alta de 6,3% para os cursos regulares em fevereiro deste ano, ante 6,1% em fevereiro passado.

Pressão

Economista diz que os preços dos serviços são mais resistentes à queda do que os da comida

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com emprego em alta, preços dos serviços tendem a ficar mais caros

MÁRCIA DE CHIARA

Além de sofrer influência de outros preços, como tarifas de transporte, aluguel, o comportamento do mercado de trabalho tem um peso relevante nos serviços, porque é um setor que usa muita mão de obra.

"Teve um movimento muito robusto do mercado de trabalho em 2024", afirma o economista Fabio Romão, da LCA 4 Intelligence. Ele reviu para cima a **inflação** de serviços, após o resultado do IPCA-15 de janeiro.

Ele projeta alta de 6,2% da **inflação** de serviços para o ano.

É 1,4 ponto porcentual acima do registrado em 2024. Também está acima da projeção para o IPCA de 2025 (5,5%).

Na mudança, o economista levou em conta o desempenho da renda e do emprego. O desemprego encerrou 2024 na mínima histórica de 6,6%, e a massa de rendimentos atingiu R\$ 328,6 bilhões. É o maior nível da série iniciada em 2012, com alta real de 6,5% na massa de rendimentos ante 2023, segundo o IBGE. Romão, que espera para este ano uma taxa média de desemprego de 7,3%, ressalta que ainda será uma desocupação muito baixa.

Com o fortalecimento do emprego e da renda, o quadro fica mais favorável para que os reajustes de preços sejam aceitos pelo consumidor.

"Desemprego baixo aumenta a demanda", afirma André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

O economista observa que a maior parte da população é de baixa renda e tem pouca capacidade de poupança. Por isso, quando está com dinheiro na mão vai às compras, especialmente se a perspectiva é de novos aumentos de preços.

Lucivania Machado da Silva, dona do salão Toko's Cabeleireiros, que fica na zona oeste da capital paulista, por exemplo, reajustou em 6,25% o preço da manicure e em 12,5% o valor do serviço de depilação de sobrancelha. No IPCA- 15 acumulado em 12 meses

até janeiro, os preços da manicure subiram 10,68% e da sobrancelha, 7,22%, enquanto o IPCA-15 como um todo teve alta de 4,50% no período.

Além do aumentos de preços dos produtos que utiliza, como esmalte, itens descartáveis, a dona do salão de beleza aponta o reajuste da tarifa de ônibus, que subiu este ano para R\$ 5 na cidade de São Paulo, como um dos fatores que a fizeram elevar preços. "Todas nós (trabalhadoras do salão) usamos transporte público, eu moro na zona leste e pego três conduções por dia", diz.

"CONTAMINAÇÃO". A **inflação** de alimentos nos supermercados, que tem afetado o bolso do brasileiro e a popularidade do governo, começa a contaminar também o setor de serviços.

Mauro Sergio Ribeiro Aguiar, dono do restaurante Paraíso das Delícias, na zona oeste de São Paulo, acaba de reajustar em cerca de 20% o preço das refeições. O prato comercial, que custava R\$ 25, subiu para R\$ 30. Dados do IPCA-15 mostram que em 12 meses até janeiro de 2025 o valor da refeição subiu 6,40%, do lanche 7,96% e do cafezinho, 9,74%.

"O que mais pesa é a carne", reclama Aguiar. Para não assustar o cliente, ele passou a oferecer outras opções de refeição com frango, que é uma proteína mais barata. Mesmo assim, teve uma queda de 40% no movimento desde que aumentou preços.

Além da carne que entra como ingrediente dos pratos, o também o pó de café tem pesado.

O produto subiu cerca de 40% em 2024. No passado, Aguiar sempre reajustava o preço do cafezinho quando a passagem de ônibus aumentava.

Neste ano, no entanto, ele manteve o preço do cafezinho em R\$ 4, mesmo com a passagem de ônibus reajustada para R\$ 5.

"Não subimos por causa da concorrência dos ambulantes, que vendem o cafezinho por R\$ 2." O empresário observa que os ambulantes não têm custos de aluguel e de equipe - este, no seu caso, aumentou cerca de 30%, em razão de dissídio e hora extra. Com 10 empregados no momento, ele conta que avalia reduzir para oito. "O custo aumentou, o

movimento diminuiu, e tenho gente ociosa."

Reação

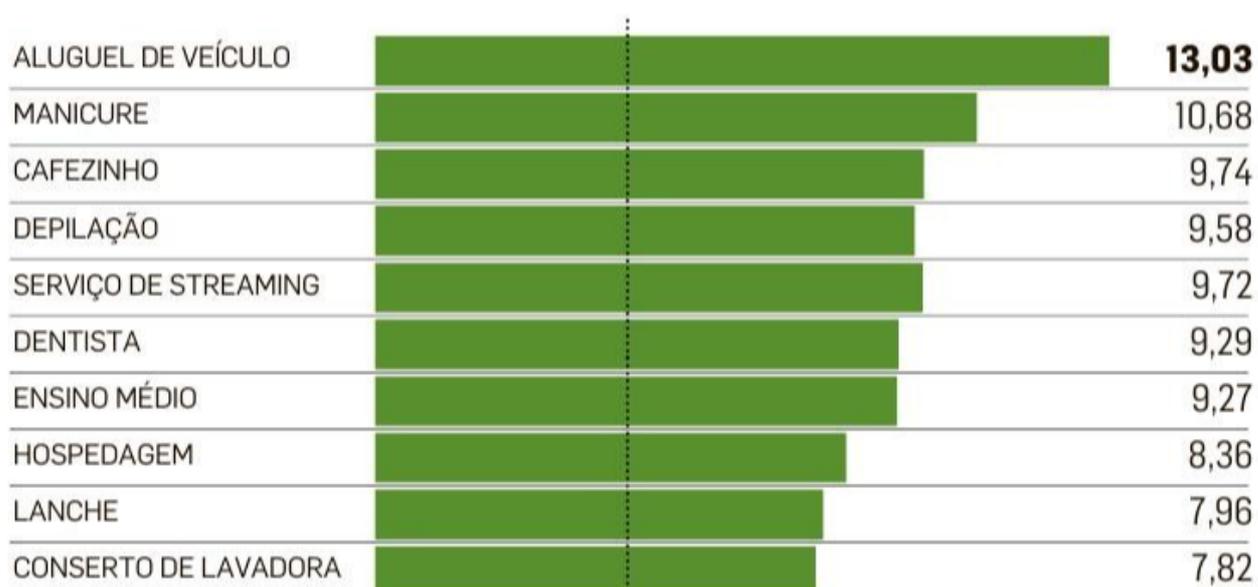
Economista explica que desemprego baixo aumenta a demanda em todos os setores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FURANDO O TETO

Dez serviços que registraram maiores alta de preços em 12 meses, até janeiro de 2025, pelo IPCA-15

EM PORCENTAGEM



4,5%
IPCA-15

FONTE: IPCA-15- IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

União Europeia promete agir com 'firmeza' se for taxada

A União Europeia (UE) "lamentou" ontem a decisão dos Estados Unidos de impor novas tarifas sobre produtos do Canadá, México e China e disse que responderá "com firmeza" se o bloco for taxado.

"A UE está firmemente convencida de que as tarifas baixas promovem o crescimento e a estabilidade econômica", mas 'responderá com firmeza' se lhe forem aplicadas tarifas 'injustas', advertiu a Comissão Europeia, por meio de nota.

Segundo a UE, que reúne 27 países, "as tarifas criam perturbações econômicas desnecessárias e alimentam a inflação".

"Elas são ruins para todas as partes", disse a Comissão Europeia, julgando que "mercados abertos e respeito às regras do comércio internacional são essenciais para um crescimento econômico forte e sustentável".

Embora Trump tenha falado várias vezes sobre a imposição de tarifas também sobre produtos europeus, o executivo de Bruxelas disse que não há informações sobre o assunto no momento.

"Nossas relações comerciais e de investimento com os Estados Unidos são as mais importantes do mundo.

Os riscos são consideráveis.

Nós dois devemos buscar fortalecer essas relações", disse a Comissão.

As relações entre a UE e os EUA têm ficado mais tensas desde que o republicano disse que iria comprar a Groenlândia, que pertence à Dinamarca. Desde então, o país busca apoio na Europa para enfrentar o presidente americano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump mira déficit comercial, e Brasil pode escapar por ora

Ao anunciar a ofensiva protecionista nas ordens executivas que impõem tarifas para México, Canadá e China, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, justificou a adoção de tarifas como resposta ao tráfico de drogas, como o fentanil, e à imigração ilegal. Especialistas, porém, avaliam que o argumento do anestésico que se converteu em problema social é pretexto para atacar as preocupações da Casa Branca: o déficit comercial com parceiros e a imigração ilegal, tema que sempre fez parte da agenda de Trump.

Para Gary Hufbauer, especialista do Peterson Institute for International Economics, estas são as prioridades de Trump, o que confere ao Brasil alívio temporário. Embora alumínio e aço sejam dois itens visados, Hufbauer cita que os EUA têm superávit no comércio com o Brasil, o que faria com que ficasse ao largo, ao menos inicialmente, da sanha por tarifas:

- O Brasil não seria uma preocupação para Trump. Provavelmente não seria afetado no curto prazo.

No ano passado, o Brasil teve pequeno déficit comercial de US\$ 253 milhões nas transações com os EUA. Para efeito de comparação, segundo dados do Escritório do Censo dos EUA, o déficit comercial com o Canadá somou quase US\$ 55 bilhões.

Para Hufbauer, o caminho adotado, porém, não resolverá o problema, e apenas deslocará o déficit para transações com outros países.

Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central, vê o país "lá embaixo" na lista de prioridades dos EUA em tarifação, diante de uma corrente de comércio pequena em relação a outras economias.

Mas ainda assim a economia brasileira pode "sofrer por tabela".

As ações de Trump deixaram o governo brasileiro em alerta. Nos bastidores, integrantes da diplomacia dizem que haverá retaliação, caso o Brasil seja alvo de tarifas, como o presidente Lula disse na semana passada.

A forma como isso pode ser feito ainda está sendo avaliada, já que não se sabe quais setores seriam afetados nem a intensidade. E lembram que, em 2018,

Trump che-

Avaliação.

Para Gary Hufbauer. Brasil não está no topo da lista de Trump, mas não levou adiante a ameaça. A pauta de produtos comprados dos EUA abrange insumos para indústria, matérias-primas, medicamentos, maquinário e outros. Ao sobretaxar os itens, o Brasil elevaria o custo de produtos, onerando o setor privado e pressionando a inflação.

AGRESSÃO COMERCIAL

Como fez parte do Mercosul e adota a Tarifa Externa Comum, uma taxa de importação unificada para o bloco, o Brasil tem limitações para sobretaxar unilateralmente outro país. Uma das formas é via "Letec", lista de exceções da tarifa do Mercosul. Ela já vigora e depende apenas de decisão do governo, mas só pode contemplar cem produtos. Ela é limitada a 35%, teto definido pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Na leitura do governo, isso não seria empecilho, e o Brasil não precisaria de autorização da OMC.

-No Brasil, se fez toda matéria de alteração em tarifas, em relação ao Mercosul, e isso não vai ao Congresso. Mas a palavra final é da Fazenda e do MD1C (Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) -afirma José Alfredo Graça Lima, diplomata de carreira e vice-presidente do conselho curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Ele pondera que o processo de questionamento de tarifas na OMC pode durar até dois anos através de painel:

-E, quando há conclusão, o relatório pode ser submetido à apelação de recurso. E isso pode não acontecer porque não tem órgão para julgar esse recurso - afirma Graça Lima, em referência ao comitê de especialistas que estuda as queixas apresentadas à OMC. - Não acho boa ideia (retaliar), mas os políticos se veem obrigados a reagir de uma agressão de natureza comercial.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tarifas podem ser início de guerra comercial destrutiva, dizem analistas

A decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifas sobre importações do Canadá, México e China a partir desta terça-feira pode marcar o início de uma nova guerra comercial global que comprometa o crescimento do mundo e traga volatilidade aos mercados, movimentos dos quais o Brasil não ficaria imune, apontam especialistas.

Trump anunciou ontem tarifas de 25% para compras do Canadá (com isenção parcial para energia) e do México e uma tarifa adicional de 10% para a China.

"Para o mundo, o risco é que isso marque o início de uma nova guerra comercial, algo que vimos na segunda metade do primeiro governo Trump, o que reduziu o crescimento global em 2019. Nesse sentido, podemos observar um período de menor crescimento no mundo, além de uma maior aversão ao risco e aumento da volatilidade nos mercados", diz Silvio Campos Neto, economista da Tendências. "Isso afetaria o Brasil por esses canais, menor crescimento mundial e um ambiente mais nervoso, afetando fluxos de capitais e mantendo o dólar mais valorizado."

Paul Ashworth, economista-chefe para América do Norte da Capital Economics, diz, em relatório, que a decisão de Trump "é apenas o primeiro ataque no que pode se tornar uma guerra comercial global muito destrutiva". Ele afirma não esperar acordos para que as tarifas sejam removidas tão cedo, embora diz ser possível que mais setores entrem na isenção.

Segundo a Capital Economics, Canadá (US\$ 419 bilhões), China (US\$ 427 bilhões) e México (US\$ 475 bilhões) juntos representaram 43% das mercadorias importadas para os EUA em 2023. "O resultado é que esse anúncio de tarifa por si só já é cerca de três a quatro vezes o tamanho do original de 25% imposto em pouco menos da metade das importações da China em 2018 e 2019", observa Ashworth.

Como as exportações para os EUA representam cerca de 20% do PIB do Canadá e do México, diz Ashworth, as tarifas impostas podem mergulhar as economias em recessão ainda neste ano. No caso do Canadá, as finanças públicas estão em boa forma, pondera, e o banco central do país teria espaço para cortar as taxas de juros em pelo menos mais 0,50 ponto percentual, de modo que os estímulos fiscal e monetário limitariam a gravidade de uma recessão.

Para o México, no entanto, a **inflação** gerada por um peso mais fraco eleva o Banco (banco central do país) de cortar mais as taxas de juros, enquanto a política fiscal precisa ser apertada, diz Ashworth. "Embora esperemos que o impacto no PIB mexicano seja mais próximo de 2%, há pouco espaço para compensar o impacto tarifário afrouxando a política

"Qualquer chance de mais cortes de juros [pelo Fed] este ano morreu" Paul Ashworth [monetária e fiscal]", afirma.

Já as exportações da China para os EUA representam menos de 3% do PIB chinês, e uma tarifa adicional de 10% não terá muito efeito na economia do país, diz Ashworth.

Para os EUA, a **inflação** resultante dessas tarifas, além de outras medidas futuras, deve vir ainda mais rápido e ser maior do que a Capital Economics esperava inicialmente. Os custos do setor automotivo americano, por exemplo, devem disparar, dado que as peças cruzam as fronteiras várias vezes durante o processo de produção, observa Ashworth.

Para ele, as importações da União Europeia também devem ser alvo de medidas de Trump dentro de um ou dois meses e uma tarifa mais universal chegaria em abril. "A determinação de Trump em forçar tarifas substanciais sobre supostos aliados menos de duas semanas após assumir o cargo, apesar da oposição de alguns moderados dentro de sua administração, é uma indicação clara de que a briga será de verdade desta vez", afirma Ashworth. "Até onde isso vai agora é uma incógnita. Mas a tarifa efetiva sobre todas as importações dos EUA já está em torno de 10%, pela primeira vez em mais de 75 anos, com muito mais por vir", diz.

A equipe do Barclays para Estados Unidos estima que uma tarifa unilateral de 25% sobre importações mexicanas e canadenses, isoladamente, aumentaria índices de **inflação** americanos em cerca de 0,25 ponto percentual (p.p.), em termos anuais. As tarifas à China adicionariam mais 0,10 a 0,15 p.p., levando o impacto total sobre a **inflação** para 0,35 a 0,40 p.p.

Os efeitos sobre a economia dos EUA também podem

ser significativos, dizem, dada a probabilidade de interrupção em cadeias de suprimentos (especialmente montadoras e refinarias de petróleo), a incerteza comercial, a retaliação tarifária e o dólar fortalecido, o que atuaria como um "imposto implícito" sobre as exportações dos EUA para esses países. As estimativas iniciais do Barclays são consistentes com um impacto temporário ao crescimento do **PIB** dos EUA de cerca de 0,25 a 0,50 pp.p., em termos de quarto trimestre contra quarto bimestre.

Considerando as tarifas anunciadas, as iminentes a serem impostas à UE e uma tarifa universal em breve, a Capital Economics acha que a **inflação** dos EUA voltará a ficar acima de 3% já em 2025.

Nessas circunstâncias, a janela para o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) retomar o corte das taxas de juros em qualquer momento nos próximos 12 a 18 meses "simplesmente se fechou", diz Ashworth. "Como as novas tarifas representam um aumento único no nível de preços, e não um aumento contínuo na taxa de **inflação**, pelo menos enquanto os efeitos de segunda ordem forem limitados e as expectativas de **inflação** permanecerem bem ancoradas, o Fed não precisa reagir de forma exagerada. No entanto, qualquer chance de mais cortes nas taxas de juros este ano simplesmente morreu", afirma.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=4
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188107?page=4§ion=4)